

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional

Letícia Máisa Eichherr

**“Escutar a cor dos passarinhos”:
encontros e criaçamentos na assistência social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr. Lílian Rodrigues da Cruz

Porto Alegre

2022

Letícia Máisa Eichherr

**“Escutar a cor dos passarinhos”:
encontros e criaçamentos na assistência social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Produção de Subjetividade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Psicologia Social e Institucional.

Dra. Lílian Rodrigues da Cruz

Professora Orientadora - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Betina Hillesheim

Professora Examinadora – Universidade de Santa Cruz do Sul

Dra. Lisandra Espíndula Moreira

Professora Examinadora – Universidade Federal de Minas Gerais

Dr. Luciano Bedin da Costa

Professor Examinador – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2022

*Às crianças passantes.
Às que encontrei no SCFV, no CRAS,
no acolhimento institucional, no hospital, na vida.*

Agradecimentos

Minha gratidão a todas e todos que passarinhoam comigo e formam um bando de afetos, sem as quais trilhar alguns caminhos tortuosos da vida teria sido muito mais difícil e algumas conquistas menos alegres e que, especialmente durante o mestrado em tempos pandêmicos, foram presença e cuidado para além do virtual.

À professora Lilian, por uma orientação tão afetiva. Que sabia, desde a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento em 2007, que era de crianças passantes que eu falava. Obrigada por acompanhar as travessias da vida desde os primórdios da graduação. Pela aposta nos modos poéticos de fazer pesquisa como um jeito de desembrutecer a universidade. Por compartilhar palavras acertadas, gargalhadas, lágrimas inevitáveis. Também chimarrão, paçoca e bolo de chocolate (de cenoura e de milho, não). Por me ajudar a aportar.

Às professoras Betina Hillesheim e Lisandra Moreira e ao professor Luciano Bedin pela leitura cuidadosa e provocativa do projeto e da dissertação, pelas inspirações que o encontro com vocês produz. Pelas suas palavras, que borbulham em mim.

Às inúmeras professoras e professores que fizeram diferença na minha vida.

À Amanda, Adrieli, Marília, Kellen, Leonardo, Najara, Lutiane, Patrícia e Marisa, colegas que formam o bando do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS), que tem assumido o compromisso coletivo de descolonização do pensamento de um modo improrrogável. Por tantas histórias e reflexões partilhadas.

À Amanda, Sharyel, Rafaela, Itauane e Bruna, psicólogas amigas de um tanto de tempo desta vida, que são o acontecimento lindo de uma amizade com contornos feministas, transgressores, literários, musicais e festivos. São, também, uma saudade.

À Amanda, pela terceira vez, amiga poesia, porque suas palavras, sua escuta e seu olhar tem um jeito tão bonito de acolher e de abraçar. É dela que as poéticas públicas se vão para o mundo.

Às mulheres amigas da minha vida. Velhas amigas, novas amigas. De ontem, de hoje, de amanhã, que mostram que os laços e o amor se sustentam no tempo, se fazem nos lugares que nos encontramos e reencontramos e que, perto ou longe, seguimos juntas, mesmo em caminhos, cidades, estados, países diferentes. Borboletear a vida, com vocês, é imensamente bonito.

À minha família, Miriam, Mauro, Lovisa e Larissa, por tanto amor. Por serem ninho para onde sempre posso voltar e me aconchegar. Às irmãs, minhas pequenas favoritas de uma

vida toda. À mãe, por me ensinar a admirar a lua e por admirá-la junto comigo mesmo quando muito longe estamos.

Ao Pedro, companheiro de travessias, de sonhos, de amor. Pelos incentivos a traçar o percurso do mestrado e permanecer aqui, ao meu lado, de mãos dadas. Por me ensinar cotidianamente que o amor é uma construção. Por brindar cada conquista. Pela compreensão nos dias mais tensos.

Às crianças passantes de toda a vida, que compõem um baú de recordações imenso, cheio de pequenices e importâncias. Obrigada Menino E, Astronauta Marinho, Azulão, Rosa, Diego, Aurora, Canarinho e Rouxinol, que fizeram das trilhas do mestrado e dos encontros no SCFV muito mais que uma pesquisa. Da mesma forma, às trabalhadoras e ao trabalhador do SCFV, *sôras e sôr*, pela generosidade da acolhida, pelos cafés e bolos partilhados, por comprovar que a *escutação* é possível.

Às políticas públicas de educação, à universidade, às apostas na ciência brasileira, pois foi pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), pela Residência Multiprofissional em Saúde da Criança - violências e vulnerabilidades, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que cheguei até aqui.

A todos e todas que encontrei no caminho, mesmo que rapidamente, mesmo que de passagem. Tudo é encontro, tudo é afeto, alegre ou triste. De alguma forma, também tem um pouquinho de si por aqui.

Obrigada.

Vamos juntas escutar as cores do mundo.

Resumo

Esta dissertação é feita nas tessituras dos encontros das crianças com a assistência social. Busca transbordar o problema inicial da pesquisa: “de que infâncias nos falamos as crianças que se encontram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)?” e tecer reflexões que interrogam o lugar da infância como objeto de uma política pública, a possibilidade de uma escuta afetiva das vozes das crianças e suas perspectivas de mundo no cotidiano do serviço, as expressões e intersecções dos marcadores sociais da diferença e os modos que a pandemia tem afetado suas vidas. Problematiza lugares acostumados da produção do conhecimento, convocando à descolonização do pensamento para uma escuta sensível e um olhar crítico quanto aos atravessamentos dos saberes e poderes que o estruturam. Constitui-se como uma pesquisa cartográfica com traçados singulares e com espaços para criações e pequenices cotidianas, vivenciadas no acompanhamento da rotina de um SCFV em tempos pandêmicos que possibilitou o encontro com crianças e profissionais do serviço. Com interlocuções poéticas, apresenta fragmentos e narrativas desses encontros articulados com reflexões que apontam para a desconstrução de discursos totalizantes e universais sobre as infâncias. Propõe a *escutação* como aposta ética-estética-política de uma escuta menor em tempos e sistemas maiores, que atropelam e brutalizam o cotidiano de trabalho nas políticas públicas.

Palavras-chave: infâncias, assistência social, políticas públicas, *escutação*, devir minoritário

Abstract

This dissertation was made in the weavings of the encounters between children and the social assistance. It seeks to overflow the initial problem of that was: “what childhoods are the children that are in the Living and Bond Strengthening Service (SCFV) telling us about?” Moreover, it seeks: to weave reflections that interrogates the place that childhood has as an object of a public policy, the possibility of an affective listening to the voices and world perspectives of these children in the daily routine of the service, the expressions and intersections of the social markers of difference and the ways that the Covid 19 pandemia has affected their lives. This dissertation also problematizes the accustomed places of knowledge production, in a calling for the decolonization of thinking that enables to a sensitive listening and critical look to the crossings of the knowledges and forces that structure it. It is constituted as a catographic research with singular traces and open spaces to the children’s being and the small daily things that were experienced in living the routine of a SCVF in pandemic times that made possible the encounter with the children and the professionals of the service. Through poetic interlocutions, it presents fragments and narratives of these meetings articulated with reflections that point to the deconstruction of totalizing and universal discourses about childhood. It proposes a listening-action as an ethical-aesthetic-political bet of a minor-listening in larger times and systems, which trample and brutalize the daily work inside the public policies.

Keywords: childhood, social assistance, public policies, *listening-action*, becoming-minor

Sumário

[A portar] Um bilhete	9
1. Criançar, começar, encontrar	11
2. Menino E: sobre o campo das importâncias	15
3. Criançar cartografando	27
4. À Azulão: para não esquecer o tempo que vivemos	38
5. Tempos (difíceis) para sonhadores	51
6. Delirar o verbo: a (po)ética da <i>escutação</i>	66
6.1 Pistas, cartas, postais: rastros da <i>escutação</i>	73
7. Caixinha de palavras garimpadas nos encontros no SCFV	78
8. Criançamentos sem fim	79
9. Referências	83
10. Anexos	90

[A portar] Um bilhete

...

Aportar: chegar no Porto.

A portar: três malas, uma mochila, vinte livros e outras coisinhas mais.

Aportando: um processo afetivo, com algumas lágrimas, muitos sorrisos; tempo necessário para mente e coração fazerem casa no outro lado do oceano.

...

Em algum momento da escrita, estive à deriva, tal qual Astronauta Marinho cuja história demorou a ter contornos poéticos para caber nesta dissertação. Era preciso aportar.

Gostaria que você, leitora, sentisse que esta dissertação-travessia foi escrita em processos de encontros, desencontros e [des]territorializações desta psicóloga ora trabalhadora da política de assistência social, ora bolsista em dedicação exclusiva à pesquisa, ora trabalhadora em um hospital materno-infantil e, agora, imigrante em Portugal. Acontecimentos da temporalidade do mestrado impossíveis de não serem nomeados, haja vista os impactos causados, seja no corpo e na mente, seja nas linhas que seguem.

A portar sonhos.

Aportar requer aberturas e fechamentos [com frestas].

No “aportamento”, por vezes, a intensidade do vivido requer um tempo além do planejado para abrir fissuras na concretude das experiências vividas e retomar na escrita o reencontro com crianças e passarinhos, com cartões postais e janelas, seja do avião, da casa durante a quarentena, ou de qualquer outro lugar que seja possível olhar e janelar detalhes, insignificâncias e exuberâncias.

Aportar exige também suportar: “portar o si, comportar o abismo” (Luciano Bedin da Costa, Anna Letícia Ventre e Lucien Corseuil, 2021, p. 36).

À deriva, mas aportando com uma escritura-travessia, uma bagagem-dissertação, compostas afetivamente de detalhes, criaçamentos e pequenos encantamentos. A nota de rodapé, o rabisco no diário de campo, o sorriso dentro da máscara, o bilhete, a fotografia, o cartão postal, as frestas da janela. Feita de miudezas que crescem como as sementinhas, como lembra Valter Hugo Mãe (2019, p. 17): “uma semente aninhada num bocado de algodão úmido inventa uma árvore e que a árvore inventa fruto e semente outra vez”.

Dez teses infantis para combater o racismo:

1. Brincar como modelo irrecusável das relações humanas, com o meio ambiente e outras espécies de gente não humana (tais como cachorros, borboletas etc.);
2. Visitar a sua própria cultura como se fosse estrangeira;
3. Sonhar antes de dormir (ou aceitar que o milagre é inseparável do cotidiano do mistério de viver);
4. Inventar práticas políticas antirracistas com os cotidianos (ou sempre assumir que o debate não produz resultados finais);
5. Banhar a si e aos outros em águas respeitadas cantando canções alegres, tomar banho cantando canções alegres (em águas respeitadas);
6. Assumir que o pensamento é sempre afetivo (ou escrever e desenhar nas paredes de casa);
7. Comer frutas (ou criar uma lei obrigatória que faça adultos brincarem);
8. Cuidar de jardins e hortas (ou criar a obrigatoriedade da ficção audiovisual ser negra, indígena e afro-pindorâmica);
9. Reconhecer a branquitude como um perigo para todos vivos do planeta;
10. Viajar por culturas que não sejam a sua própria (ou manter a virtude epistêmica da infância – polirracionalidade).

Renato Nogueira e Luciana Alves (2019, p. 19)

1. Criançar, começar, encontrar

Começar uma dissertação é pressuposto que seja pelo meio. Às vezes o início e o fim estão tão emaranhados, que é pelos fios do meio que começamos a tecer uma escrita. É pelo meio que brotamos.

Brotar pelo meio é opor-se a um destino que progride em direção a algo, é acariciar riscos, acumular êxitos e retumbantes fracassos, é se infiltrar por alguma vizinhança, fazendo conexões, é povoar o cotidiano de incertezas, é recolher-se numa tenda de silêncios, num gesto de delicadeza diante do que está a se formar e maturar diante de si (Rosane Preciosa Sequeira, 2002, p. 30).

Por aqui, começando, brotando, tecendo.

Um começo pelo meio, concomitante a um tanto de encontros, de leituras, noites insones, algumas pausas, longos suspiros, muitos devaneios, poucas certezas. Um começo desafiador, pois “quem começa vira uma criança. Olha para tudo como se fosse a primeira vez. (...) Mesmo que as coisas sejam feitas tateando-se, sem certeza nem razão, ainda assim elas são cabais” (Noemi Jaffe, 2018, s/p).

Virar uma criança, como um acontecimento de muitos começos, muitos encontros. Por vezes, torna-se importante afirmar a existência de cada um deles, entretanto há sempre alguns que escapam à captura das palavras. Ficam na memória, num rabisco esquecido no diário de campo ou na fagulha do acontecimento. Outros transbordam as possibilidades do papel e requerem uma temporalidade maior para produzir sentido, tamanha intensidade dos afetos. “O começador criança não quer outra coisa senão o começo” (Noemi Jaffe, 2018, s/p) e alguns encontros.

Esta pesquisa se compõe, assim, na *escutação* das tessituras dos encontros das crianças com a assistência social. Uma escritura-infância que requer exercícios de pequenices e de “chegar ao criancamento das palavras” (Manoel de Barros, 2010, p. 339), tal qual o menino que, “diante de uma casa em demolição, observa: ‘Olha, pai! Estão fazendo um terreno!’” (Guimarães Rosa, 2009, p. 30-31).

Busco criançar palavras na tentativa de uma produção ética e afetiva que transborde o problema inicial desta pesquisa: “de que infâncias nos falam as crianças que se encontram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?”. Inicial, pois vai ganhando outros contornos a partir do acontecimento dos encontros, com outras linhas adentrando a tessitura da escrita e provocando a descolonização do pensamento e do olhar, que se materializa na interrogação acerca da existência desta pergunta de pesquisa e não de outras que emergem dos exercícios de *escutação* das crianças e da pesquisadora.

Uma pesquisa feita em apostas e pistas, em processos de criar, começar e encontrar.

Criar: “o devir-criança como uma política de afirmação da vida” (Leni Vieira Dornelles, 2010, p. 17).

Começar: “Não importa como se começa. (...) O mais importante é que a inércia se interrompeu e uma história, que sempre, por menor que seja, muda o fluxo do mundo, está a caminho” (Noemi Jaffe, 2018, s/p).

Encontrar: “Tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 49).

Utilizo, propositalmente, de verbos como afirmação da potência do movimento das palavras e dos acontecimentos na produção de conhecimentos situados, locais, temporais, pandêmicos, contingenciados pelos marcadores sociais do meu corpo de pesquisadora e das afetações dos encontros com crianças e com o campo da pesquisa. Juntam-se outros verbos, e mais, mais, mais outros, para tecer, tramar, inventar modos de escrita e de partilha cuidadosa de algo que não é só pesquisa, são toques à vida.

Cartografar: “parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa” (Luciano Bedin da Costa, 2020, p. 10).

Com um tanto de coragem, prudência e sensibilidade (Luciano Bedin da Costa, 2020), nos deslimites da cartografia, vou traçando linhas e contornos da pesquisa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Gianelli “G3”, onde encontrei brechas sensíveis em meio à pandemia na presença afetiva de profissionais dispostos e interessados numa construção conjunta de reflexões e pela disponibilidade e intensidade das crianças [com máscaras, álcool gel e distanciamento físico] que frequentaram o espaço na retomada das atividades presenciais. Por quatro meses, os encontros com o SCFV proporcionaram respiros e suspiros [mesmo entre máscaras] e muitas interrogações [mais do que aquelas que planejei].

Na junção de criar e cartografar, busco desenrolar linhas e questões que transversalizam a pesquisa, não com intenção de explicações universais, mas sim versões, olhares e significações diversas:

Como deslocar a infância do lugar de objeto de uma política pública para participante de sua construção e implementação?

Como ser pesquisadora desejante de bons encontros sem reproduzir o lugar de imposição de saber, de regras e autoridade que os adultos, normalmente, ocupam na relação com as crianças?

Como escutar as vozes das crianças e suas perspectivas de mundo como um acontecimento para além das atividades prescritas e programadas?

Como se expressam e se interseccionam os marcadores sociais nos encontros entre crianças com crianças e com adultos?

Como a pandemia do coronavírus tem afetado a vida das crianças que se encontram no SCFV?

Há uma aposta em interrogações como uma tentativa de descolonizar a pesquisa com crianças que, segundo Anete Abramowicz e Tatiane Rodrigues (2014, p. 462), implica em produzir “experiências sociais e individuais singulares, que descentralizem, ou façam fugir os modelos e lugares hegemônicos que centralizam sentidos, norma, estética, saúde, entre outros, dominantes e que se constituam para além da lógica do capital”.

Manoel de Barros dizia que “tudo o que não invento é falso” (2010, p. 345), então com esta inspiração poética, escrevo narrativas vividas, com toques de invenção, como interlocução e pontos rizomáticos de continuidades e não fechamentos para compor a dissertação. Apostas numa política de escrita onde literatura, histórias, poesias, desenhos, fotografias, cartas, cartões postais assumem lugares fundamentais para a operação de um pensamento simbólico, sensível e teórico. O poeta também dizia que “o verbo tem que pegar delírio” (2010, p. 301). Assim, na busca por criangamentos em devir minoritário, a *escutação* toma aqui a proporção de uma tentativa ética-estética-política de delirar as reflexões sobre o fazer profissional e adulto no encontro com o outro. Diz de uma *escuta+ação+cuidado* que pode ser conceito, metodologia de pesquisa e ferramenta de trabalho. Diz de uma escuta menor em tempos e sistemas maiores, que atropelam e brutalizam o cotidiano de trabalho nas políticas públicas.

Não se pretende, sobretudo, uma escrita que pareça um “falatório crítico-narcísico” (David Kopenawa e Bruce Albert, 2015, p. 512) onde o *eu* se sobreponha às singularidades das relações que pressupõe o *nós*. Inspiro-me em escritoras e escritores decoloniais a quem me achei na caminhada do mestrado como uma tentativa de descolonização do pensamento, da *escutação*, da escrita, onde escrever em primeira pessoa marca uma localização, um corpo, os privilégios estruturais e as limitações do saber que atravessam minha existência e meu olhar de pesquisadora branca.

As crianças foram mostrando, na sutileza dos encontros, que o falatório teórico dos adultos pode tornar-se colonizador e opressor, buscando enquadrar às vivências e modos de estar no mundo, numa justificativa de criar possibilidades da existência de um futuro a partir de uma intervenção individual com discurso motivacional que facilmente cai na lógica da meritocracia.

É preciso, portanto, reconhecer que os acontecimentos nas encruzilhadas dos marcadores sociais da diferença produzem experiências singulares de ser criança, com

potências e afetações diversas, contra hegemônicas, que rompem com as infâncias universais e eurocêntricas que ainda habitam o imaginário social no contemporâneo.

Neste sentido, convido-as a conhecer Menino E, Astronauta Marinho, Azulão, Rosa, Diego, Aurora, Canarinho e Rouxinol. Crianças que confirmam pela ciência das afetações que encontrá-las escapa ao planejamento e às perguntas prontas e que me convocam ao ato de escrever a dissertação como um encontro com as infâncias do mundo para “afirmar a experiência, a novidade, a diferença, o não determinado, o não previsto e imprevisível, o impensado e impensável” (Walter Kohan, 2011, p. 253).

Com Menino E, apresento reflexões sobre as políticas públicas e o SCFV enquanto campo da pesquisa. Astronauta Marinho, suas histórias e as aquarelas, auxilia nas discussões sobre a cartografia e as perguntas-gramas produtoras de rizomas, onde entende-se que o criança pode operar na desconstrução dos discursos totalizantes sobre as infâncias. Azulão e Rosa compõe as tessituras das críticas feitas à temporalidade capitalística que brutaliza os modos de viver as infâncias e as tensiona ao crescimento, convocando novas e outras perguntas de pesquisa. As vivências de Diego compõem as reflexões sobre a necropolítica e os tempos pandêmicos, difíceis para os sonhadores. A existência de Aurora, Canarinho e Rouxinol, assim como a (po)ética da escutação, transversalizam toda a dissertação.

2. Menino E: sobre o campo das importâncias



(Fotografia tirada com a câmera do meu celular por Menino E no dia 18/01/2021)

...

Qual seu lugar preferido no SCFV?

O campo, afirmou, sem titubear, Menino E.

Era ali que estava sempre com os amigos, dizia ele.

Menino E correu para fotografar o melhor ângulo do campo. O que era possível capturar pela câmera do celular, muito menos do que seus olhos viam e sentiam. Pensou alguns instantes.

Não tem a mesma graça assim, tão vazio.

...

Se, para Menino E, o campo assume um lugar de encontro e de afetos de tal forma a ser seu lugar preferido, mal sabe ele que a pesquisadora compartilha da sua preferência.

A escolha pela pesquisa com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para além da dimensão afetiva e complexa das memórias de vivências enquanto trabalhadora dessa política, que ainda busca na escrita uma forma de elaboração das histórias escutadas e de reafirmação da potência da vida, se propõe a ser um modo de destacar sua importância na garantia dos mínimos sociais e de visibilizar os desmontes e precariedades frente aos

desinvestimentos do governo que legitimam a necropolítica e a inutilidade de determinados corpos. O SCFV, enquanto lugar privilegiado de encontros entre e com crianças e como espaço-serviço da PNAS para pensar e viver a vida pulsante do cotidiano no território, figura-se, então, como o campo escolhido para esta pesquisa.

Um campo afetado pela pandemia. Por meses, vazio, sem crianças, sem correria. [Tens razão, Menino E. Desse jeito não tem graça!] Entretanto, cheio. Cheio de um silêncio que grita: onde andam nossas crianças? Como elas estão? Com quem estão? Um silêncio que habita os profissionais com quem muito aprendi sobre *escutação*.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) com “vistas a prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2016, p. 13). É organizado em grupos e dividido por ciclos de vida (grupos de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos e de pessoas idosas) e, segundo os documentos orientadores (Brasil, 2016; 2017a; 2017b), a formação destes grupos deve observar as necessidades, especificidades e diversidades dos participantes, tendo um máximo de 30 usuários sob mediação de uma educadora ou educador social, com encontros regulares e atividades planejadas para promoção de

processos de valorização/reconhecimento; escuta; produção coletiva; exercício de escolhas; tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo; diálogo para a resolução de conflitos e divergências; reconhecimento de limites e possibilidades das situações vividas; experiências de escolha e decisão coletivas; aprendizado e ensino de forma igualitária; reconhecimento e nomeação das emoções nas situações vividas; reconhecimento e admiração da diferença (Brasil, 2016, p. 15 e 16).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2017a, p. 8)

o SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Em Porto Alegre, o SCFV é executado por Organizações da Sociedade Civil (OSC) que possuem parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor da Política de Assistência Social neste município. Segundos dados disponibilizados no site da

FASC¹, Porto Alegre conta com 141 OSCs, sendo que destas 94 ofertam o SCFV e atendem, aproximadamente, 9540 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

Durante o ano de 2020, essas quase 10 mil crianças e adolescentes ficaram em casa.

Em meados desse mesmo ano, a sanitarista e vereadora de Porto Alegre Daiana Santos falou² sobre o que as crianças lhe disseram sobre a pandemia naquele momento: “*elas sabem que têm o vírus, mas a urgência é outra: é o prato de comida na mesa!*”. Sentiam falta da escola e do SCFV e, por mais que sabiam da existência de um vírus, suas realidades mostravam que as condições para um distanciamento social tal e qual preconizado pelos órgãos sanitários não lhes era permitido, seja pelas casas minúsculas em que vivem, pelo trabalho informal dos pais que seguiram se expondo ao vírus na busca pelo “*prato de comida na mesa*”, ou, sobretudo, pelo isolamento estrutural produzido pelas desigualdades sociais que, estrategicamente, mantém determinados corpos ocupando lugares de subalternidade com ameaças maiores que o vírus, como a fome, a falta de saneamento básico, as moradias precárias, as diferentes violências (policiais, territoriais, domésticas, etc.).

A tessitura desta pesquisa, portanto, se dá pelo meio dessa pandemia (ainda) sem fim, em que discursos e acontecimentos relacionados a ela afetaram as políticas públicas e, conseqüentemente, o encontro das crianças com a PNAS. Quem dera pudéssemos não falar da Covid-19, mas a hora ainda é de “repetir, repetir - até ficar diferente” (Manoel de Barros, 2010, p. 300).

Ivanete Boschetti e Elaine Behring (2021), ao discutirem sobre a política de assistência social durante a pandemia, destacam que o aumento das desigualdades estruturais no Brasil foi favorecido pela falta de responsabilidade pública do governo federal negacionista em assegurar medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao seu enfrentamento e que as estratégias político-econômicas de programas de transferência de renda neste contexto, como o auxílio emergencial com valores míseros, colaboram na ampliação da “assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social. Este último pode e deve compor uma política de seguridade social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais” (p. 81).

¹ Parcerias FASC de acordo com a Lei Federal nº 13019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=1488

² Roda de conversa on-line realizada no dia 20/07/2020 com a temática dos 30 anos do Estatuto da Criança e Adolescente, transmitida na rede social do G5, grupo de assessoria jurídica em casos cíveis envolvendo direitos das crianças e adolescentes da UFRGS. Disponível em: <https://www.facebook.com/899441166803919/videos/1394097704129606>

Dos muitos decretos e portarias lançados pelo governo ao longo do ano (muitos deles questionáveis, obviamente), há alguns que impactaram diretamente o SCFV, principalmente seu modo de funcionar, o que também impactaria a possibilidade da ida presencial da pesquisadora ao campo. O decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (Brasil, 2020a), publicado no início da pandemia e das medidas de contingenciamento sanitário no Brasil, definiu que os serviços do Sistema Único da Assistência Social “são serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Logo em seguida, a Portaria nº 337, de 24 de março de 2020 (Brasil, 2020b), aponta para a necessidade dos serviços adaptarem-se ao contexto cauteloso da pandemia, indicando a suspensão temporária das atividades coletivas e flexibilização das atividades presenciais. Já as portarias nº 54, de 01 de abril de 2020 (Brasil, 2020c), e nº 100, de 14 de julho de 2020 (Brasil, 2020d), apresentaram recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial e para elaboração de um plano de contingência com medidas relacionadas à prevenção e ao controle de infecções causadas pelo coronavírus.

Adaptar-se, reinventar-se, considerar as características do território, as especificidades das crianças e famílias atendidas, acolher seus próprios medos, principalmente diante da falta de perspectiva de vacinação naquele momento, lutar para garantir aos profissionais a disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPI) pelo gestor público. Definitivamente, os acontecimentos da vida no território e nos serviços não cabem em portarias.

No SCFV Gianelli “G3”, alguns profissionais seguiram realizando atividades desde o início da pandemia, como entrega de doações e de cestas básicas, contato telefônico e videochamadas pelas mídias sociais com as famílias e as crianças atendidas, outros tiveram o contrato de trabalho suspenso a partir do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, do governo federal.

Em setembro de 2020, após a qualificação do projeto de dissertação, ainda não havia previsão de retorno do SCFV às atividades presenciais. Talvez fosse necessário um plano B (ou C, ou D... pesquisar neste contexto requer todas as letras do alfabeto), afinal, como encontrar as crianças que se encontram no SCFV sem SCFV?

O indicativo de que se avaliasse as situações de interação pessoal e os impactos da Covid-19 na realização da pesquisa já havia sido também sinalizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, que aprovou o projeto, gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) sob número 38494920.7.0000.5334. As incertezas da pandemia, o aumento exponencial do número de mortes, o atraso na vacinação,

as *fake news*, o caos político, o abalo na saúde mental. Uma realidade social que desafiou as possibilidades de se fazer pesquisa, mesmo com os privilégios sociais e materiais que me proporcionaram permanecer em isolamento social no conforto de casa.

Em novembro de 2020, após elaboração de um Plano de Contingência pelo poder público e pelos serviços socioassistenciais, a ser executado no SCFV, foram retomadas suas atividades presenciais. Assim, como um gesto de esperança e criando o pesquisar pandêmico, no dia 07 de dezembro de 2020, aconteceu o primeiro encontro presencial com o campo da pesquisa.

O campo das concretudes necessárias. Salas, refeitório, cozinha, jardim, campo de futebol, horta, rua, ônibus, território.

O campo das pessoas. Crianças, mães, pais, avós, padrastos, diretora, coordenadora, educador social, educadora social, cozinheira, auxiliar de cozinha, pesquisadora.

O campo das importâncias. “Aquilo que se consegue levar/portar a partir de um encontro” (Luciano Bedin da Costa, 2014, p. 73). Lembrando “que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem com barômetros, etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” (Manoel de Barros, 2018, p. 43).

O campo das afetações e interrogações. Políticas públicas, disputas político partidárias, infâncias, assistência social, fome, vulnerabilidade social, pandemia, vacinação, racismo, necropolítica.

O campo para *escuta*. Ali, onde conceito, metodologia, ética e gesto se encontram para escutar a cor dos passarinhos.

Qual o meu lugar preferido? Também é o campo, Menino E.

...

O SCFV Gianelli “G3”, onde a pesquisa foi realizada, está localizado junto ao CRAS Ampliado Glória, no Bairro Medianeira, zona sul do município de Porto Alegre. É executado pela OSC Centro Social Antônio Gianelli que possui sua sede no bairro Lomba do Pinheiro e conta com serviços de educação infantil, SCFV e Trabalho Educativo em três unidades (G1, G2, G3). No “G3”, como o SCFV é carinhosamente chamado pelas equipes, há 60 crianças e adolescentes matriculadas e a equipe de trabalhadoras é composta por uma coordenadora, dois educadores sociais, uma cozinheira e uma auxiliar de cozinha.

O recorte da pesquisa abrange o grupo de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos do SCFV Gianelli “G3”, sendo que foram oito crianças com as quais o encontro presencial tornou-se acontecimento para a pesquisa, todas com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 10.1) assinado por uma responsável familiar e com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE (Anexo 10.2) assinado por si próprio. Além das crianças, a equipe de profissionais do serviço também participou e assinou o TCLE (Anexo 10.3).

Em tempos não pandêmicos, as atividades do SCFV eram em dias úteis, turnos diários de até quatro horas, no turno inverso ao da escola (Brasil, 2014). Devido a pandemia, os turnos de atividades presenciais foram organizados de modo diferente para garantir um mínimo de distanciamento social: horários reduzidos e poucas crianças simultaneamente. Além disso, durante os quatro meses (dezembro/2020 a março/2021) da pesquisa presencial, a frequência das crianças não era diária, mas sim com agendamento prévio feito pela coordenação junto aos pais, mães ou responsáveis. Se, antes, cada grupo era composto de 20 a 30 crianças, agora eram uma ou duas ou grupos de irmãos. Também foi mantido, por parte da coordenação e dos educadores sociais, estratégias de atendimento remoto às crianças e suas famílias.

Segundo a PNAS (Brasil, 2005) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), os SCFV estão inseridos no mesmo território de abrangência dos CRAS que se localizam em áreas do município de maior vulnerabilidade social. Os CRAS e os SCFV são serviços da Proteção Social Básica, que tem como um dos objetivos prevenir riscos sociais. Assim como Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro (2018, p. 62), “compreendemos que esses territórios não se constituem ao mero acaso, mas decorrem de formas desiguais de investimento e governo das cidades”. Sobretudo, sabemos que há discursos totalizantes de desqualificação e criminalização direcionados aos sujeitos moradores destes territórios e que incidem na execução das políticas públicas, que são perpassadas pela racialização, por preconceitos e pela idealização de modos de vida, dentre outras complexidades e particularidades de cada região e território (Simone Hüning, Rosângela Cabral, Maria Ribeiro, 2018).

O CRAS Ampliado Glória, referência para o SCFV Gianelli “G3”, abrange os bairros Belém Velho, Cascata e Glória, onde encontram-se famílias de povos tradicionais dos Quilombo dos Alpes, Quilombo Flores e Quilombo Santa Luzia. Apesar de ser indicado na Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS) (Brasil, 2005) que, nas metrópoles, o CRAS esteja localizado prioritariamente próximo do território de atendimento, o CRAS Glória localiza-se em um bairro vizinho (Medianeira), compartilhando o espaço físico

com a Secretaria Municipal de Esportes, com a Subprefeitura do bairro e com o SCFV Gianelli “G3”.

Segundo informações repassadas pela coordenação do serviço, a partir do diagnóstico territorial realizado pela rede intersetorial no ano de 2019, se identificou que um aspecto importante de vulnerabilidade é a dificuldade de acessibilidade das pessoas moradoras do território, pois trata-se de uma região íngreme, com muitos morros, escadas inadequadas ou inexistência delas, becos de difícil acesso. Além disso, a mobilidade urbana na região é precária, com lugares sem transporte coletivo. Foram constatados, também, que as vulnerabilidades e riscos sociais mais presentes nas famílias e pessoas atendidas são a extrema pobreza, o desemprego, o tráfico e/ou uso de drogas, a violência comunitária e intrafamiliar e as dificuldades de acesso aos serviços públicos.

O território conta com onze SCFV que atendem diferentes faixas etárias. Ao adentrar os documentos orientadores que embasam o SCFV (Brasil, 2016; 2017a; 2017b), identificamos que há definições de que o público prioritário para atendimento são crianças e adolescentes que vivenciam as seguintes situações: isolamento, trabalho infantil, violência e/ou negligência, fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos, acolhimento institucional, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, vítimas de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do ECA, situação de rua, vulnerabilidade relacionada à deficiência.

Se, por um lado, há critérios específicos e enquadres que podem gerar estereótipos e tender a práticas menoristas³ e assistencialistas, entendemos que os modos de implementar e executar as políticas públicas, neste caso o SCFV, podem configurar-se como resistência à própria história na qual elas se constituem, marcadas por contradições, por ideias normatizadoras, higienistas e coloniais.

Lílian Cruz, Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2005) discorrem sobre a história das políticas públicas para as infâncias e sobre como as práticas psicológicas emergem neste campo, contribuindo com seus saberes para legitimar as “crianças como objeto psico-médico-biológico, passíveis de serem medidas, testadas, ordenadas e denominadas normais e anormais” (p. 44) e,

³ As práticas menoristas se relacionam às formas de atuação dos serviços e dos profissionais durante a vigência do Código de Menores (1927 a 1990), em que criminalidade e periculosidade são coladas à pobreza e as crianças e adolescentes pobres são nomeadas de “menores”. Aos menores, direcionaram-se práticas de tutela, disciplinarização e de internação em instituições totais, com afastamento das famílias, exclusão social e diferentes violências mascaradas por discursos de prevenção (Cecília Coimbra e Maria Lívia Nascimento, 2008). Quando se pontua que a PNAS precisa atentar-se às práticas menoristas, dizemos da importância da não criminalização das famílias, crianças e jovens pobres sob o discurso da negligência, que perpassa a escuta, o olhar, os atendimentos e acompanhamentos e que, por vezes, se direcionam a modelos universais e à idealização de um modo de organização da vida.

com isso, produzindo “subjetividades desqualificadas – famílias incompetentes e negligentes – [...] e uma infância tida como ideal, desejável, normal” (p. 46).

De forma semelhante, Cecília Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008) discutem acerca de práticas e teorias científicas, racistas e eugênicas que atuam na produção de subjetividades “que têm caracterizado a população infanto-juvenil subalternizada como perigosa, violenta, criminosa e, muitas vezes, percebida como não humana” (p. 1). Às crianças e jovens pobres, portanto, “duas classificações: a infância em perigo - aquela que ainda não delinuiu, mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social” (p. 2).

Considerar que há uma produção de territórios vulnerabilizados potencializado pelas intersecções dos marcadores sociais, principalmente de raça e classe, é imprescindível nas reflexões acerca do que se escuta, o que se olha, o que se propõe, enquanto trabalhadora e/ou pesquisadora, e para embaralhar equações como esta “infância + pobreza = vulnerabilidade = risco = perigo”, discutida por Betina Hillesheim e Lílian Cruz (2008, p. 195).

Os SCFV estão nas vilas, nas comunidades periféricas, nas favelas, áreas do município de maior vulnerabilidade social, como apontado na PNAS, numa atuação com a infância pobre que é “alvo maciço dos saberes/poderes modernos, a qual é compreendida como um problema político e econômico, que exige esforços no sentido de seu ordenamento e controle” (Betina Hillesheim e Lílian Cruz, 2008, p. 195). Suas atividades, assinaladas como de caráter preventivo, entendemos que buscam intervir na equação, pois “diminuindo-se a vulnerabilidade mediante ações mitigadoras, pode-se diminuir o risco e, conseqüentemente, o perigo” (Betina Hillesheim e Lílian Cruz, 2008, p. 196). Há uma tentativa de gestão desses riscos e, pela probabilidade de prever acontecimentos, busca-se modificar o que é indesejado, numa antecipação do futuro que requer intervenção no tempo presente (Betina Hillesheim e Lílian Cruz, 2008).

No sentido da proteção social e da prevenção de riscos sociais, é indicado que a atuação do SCFV nos territórios seja de forma a identificar suas potencialidades e de valorizá-los enquanto lugar de pertença dos sujeitos (Brasil, 2017b), sendo fundamental compreender que os territórios são produzidos nas tramas e tessituras das interações e “das relações cotidianas, seus modos de vida, sua configuração topográfica e morfológica, suas condições de urbanização e infraestrutura urbana (energia, saneamento, drenagem, tratamento de resíduos), suas condições de moradia que compõem o cenário e a história ali vivida” (Brasil, 2017b, p. 52).

Entretanto, destaca-se o desafio do serviço em produzir ações mitigadoras cuidadosas, acolhedoras, sobretudo não coloniais e violentas, afinal, os discursos sobre a produção de crianças e jovens perigosos em determinados territórios estão internalizados na sociedade de modo que falam facilmente como se fossem verdades absolutas frases como essa, dita por uma pessoa que encontramos durante uma caminhada no território: “*é muito importante um lugar para as crianças ficarem durante o dia e não ficarem na rua e é mais barato que sustentar bandidos*”.

Subjetividades produzidas no contemporâneo por discursos de ódio de cidadãos de bem. A cada esquina, os meninos E frequentemente ouvem coisas parecidas e enfrentam nos seus corpos as consequências. Meninos E que têm em seus corpos a inscrição da intersecção dos marcadores sociais da diferença de raça, gênero, classe e território que faz com que os fracassos das políticas públicas sejam revertidos em fracassos individuais (Carla Akotirene, 2019), com a falácia do discurso da meritocracia. Meninos E, que tantas vezes são enquadrados como alvos da necropolítica, como objetos de uma política pública, como público prioritário de um serviço.

Na perspectiva de um SCFV que considere Menino E como participante ativo de sua construção, os mesmos documentos que apontam para critérios e enquadramentos, também trazem pistas acerca da importância de um espaço sensível e do olhar às singularidades, destacando que “promover bons encontros, que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar situações conflituosas, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e mais justo” (Brasil, 2017b, p. 28).

Cecília Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008, p. 9) ressaltam que é necessário “entender que os discursos/ações do capital, muitas vezes, microscópicos, invisíveis e apresentados como desinteressados, pois percebidos como naturais, têm poderosos efeitos: excluem, estigmatizam e tentam destruir a pobreza, notadamente sua infância e juventude”.

Assim, o campo, este lugar preferido e complexo, onde o encontro entre crianças, assistência social, trabalhadores, pesquisadora, cheio de equações perigosas e excludentes batendo à porta, onde *escutação* é possível e necessária, precisa de insistência “em um fazer sensível às diferenças entre territorialidades e as experiências tantas vezes invisibilizadas”, tal qual relatado por Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro (2018, p. 66).

Ao admitir que não temos modelos para nossas práticas em territórios tão diversos, aprendemos que precisamos construir novos conhecimentos e formas de trabalho. Desse modo, deixar-se afetar é reconhecer o estatuto de sujeito de nós mesmos e das pessoas com quem trabalhamos, cujas trajetórias de vida podem ser marcadas de diferentes formas pelo encontro conosco e com o Estado. Essa relação permite a resignificação desses espaços e dessas vidas, ressitando as ações das políticas públicas para que possam atuar de forma implicada com o saber local, para além da

vulnerabilização, da estigmatização ou da criminalização de seus modos de vida (Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro, 2018, p. 66).

Um fazer sensível é uma pista para poéticas públicas, como dissertou Amanda Cappellari (2019, p. 76). “Que a estética se alastre pelas veias estreitas que dificultam a oxigenação da vida. Poética política que produza sensibilidades, estremecendo a casa, o corpo e os olhos”. As vias e veias do sensível, do crítico e do poético podem ajudar a desembrutecer olhares, toques, escutas, e todas outras sensações que, por vezes, tornam-se endurecidas pelo cotidiano de trabalho nas políticas públicas.

...

Menino E, em uma conversa enquanto jogávamos Fla-Flu⁴, disse que as assembleias são momentos muito importantes no SCFV *porque é quando a gente pode falar e tentar resolver entre nós algum problema. A gente conversa sobre coisas que queremos fazer, coisas que aconteceram e que não gostamos. Tipo, às vezes dá confusão no futebol e temos que conversar sobre isso na assembleia. A gente também já falou que queria fazer mais passeios e ir nas piscinas no verão. (...) Eu gosto quando eles deixam a gente se entender, do nosso jeito”*.

...

Menino E falava da assembleia como um momento legitimado institucionalmente para falar, escutar e ser escutado e que acontecia semanalmente entre o grupo de crianças, funcionando como uma micropolítica fundamental de protagonismo naquele espaço. Uma possibilidade de participação no cotidiano do SCFV. Um exercício de responsabilidade, de reflexão, de ação e de cobrança aos adultos fazedores dessa política pública. Contudo, seria este o único espaço de escuta existente ou percebido como tal? Fico a pensar que a escuta possível no SCFV acontece nos interstícios, de modo a ser difícil nomear como um espaço, pois ela pode acontecer até mesmo durante o Fla-Flu, a caminhada no território, o lanche, o desenho. Até mesmo de um modo que Menino E nem perceba, tamanha a sutileza do acontecimento. *Escutação*.

Deslocar as crianças de um lugar passivo perpassa a ideia de que os modos de execução das políticas públicas podem ser resistência às durezas cotidianas e às macropolíticas que as

⁴ *Fla-Flu* é a forma como o jogo de futebol de mesa é nomeado no Rio Grande do Sul. Em outros lugares do Brasil também é chamado de pebolim, totó ou pacau.

objetificam. Os trabalhadores sociais, atuantes nesses espaços, podem fazer o jogo de reprodução de modelos e métodos que não permitem criar saídas para os processos de singularização e de produção de desejos, mas também podem trabalhar numa micropolítica que constrói novos modos de subjetividade (Félix Guattari e Suely Rolnik, 1985), potencializando intervenções em que a voz das crianças seja escutada, suas problematizações e perspectivas de olhar realmente consideradas.

É preciso criar a visão, num exercício manelês, tal qual a visão de Bernardo, que “era uma visão que destampava a natureza de seu olhar” (Manoel de Barros, 2010, p. 452). Destampar a universalidade e a colonialidade que forjam a história das políticas públicas, com práticas à serviço de uma normatividade hegemônica. Destampar durezas e adultices que acortinam nossa capacidade de janelar.

Janelar trata-se de “olhar através da visão, mas também abrir os olhos olfativos, táteis, auditivos e, por que não, gustativos? Olhar de um jeito novo. De um jeito presente. (...) Para janelar nem mesmo é preciso haver janela, é preciso haver olhar” (Guadalupe Tomazzoli, 2017, p. 125).

Entretanto, cabe destacar que janelar é sempre uma perspectiva de um olhar localizado, de um corpo pensante, com marcadores sociais que definem o modo de experienciar o mundo com privilégios e opressões e que, por isso, há diferenças e diversidades no que se vê e em como se vê.

...

Não lhes contei, ainda, quem é Menino E. Ele é “uma espécie de linha de fuga criativa e criadora. E... E... E...” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 9). Entendeu? Devir-criança. 13 anos é detalhe, nem criança, nem adolescente, nem possível nomear um sonho só, um desejo só, uma palavra só, um jogo só. Ontem e amanhã no hoje. Menino E de infinitas possibilidades e multiplicidades.

...

A partir de Gilles Deleuze, Walter Kohan (2010, p. 132) descreve o devir-criança como “descontínuo, mas durativo e intensivo, ele não sabe da sucessão progressiva e sequencial do tempo chrónos. Ao contrário, habita a temporalidade do acontecimento, da experiência, da interrupção da linearidade histórica em busca de um novo começo”, a temporalidade aiônica.

Menino E, ao final de uma tarde no SCFV, agradece: *obrigado por me ajudar a conseguir falar*. Tinham muitas palavras ali engasgadas. Não tenho dúvidas de que, naquele dia, foi a *escutação* que produziu brechas afetivas para o acontecimento da palavra. Menino E, no seu devir-criança, mostra que práticas sensíveis são resistência à linearidade da temporalidade capitalística de viver as infâncias (Maria Carmen Barbosa, 2013): compartilhar a vida, brincar e narrar.

Maria Carmen Barbosa (2013, p. 219) destaca que compartilhar a vida diz de um “cotidiano como o lugar do ritual, do repetitivo, mas que escuta o extraordinário que existe no dia a dia. O cotidiano é onde se aprende a ver a beleza das pequenas coisas”. Ao brincar, as crianças “criam formas dilatadas da vida: fantasias, reminiscências. Estimulam a invenção de modos de ser e estar no mundo e ampliam o campo dos possíveis, fazendo apostas para o futuro” (p. 220). E construir narrativas sobre suas vidas, “contribui para valorizar as vozes, os fazeres e as práticas das populações excluídas (bem como das crianças). [...] Narrar – com graça, humor – tem o poder de adicionar encanto e valor à vida” (p. 221).

Práticas sensíveis que convergem com os documentos técnicos do SCFV (Brasil, 2016; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b), que tem como eixos orientadores a convivência social, o direito de ser e a participação, com indicativos de que as intervenções sejam nos âmbitos artístico-culturais, desportivas e esportivas e lúdicas [*brincar*] a fim de potencializar a capacidade de se comunicar [*narrar*] e ressignificar experiências vividas na família, na comunidade, sejam elas conflituosas, violentas, traumáticas ou não [*compartilhar a vida*]. Há o destaque para que as atividades sejam baseadas nos interesses, nas demandas e nas potencialidades do grupo, o que pressupõe escuta, horizontalidade, espaço para as palavras, os gestos e os jeitos de demonstrar o que se quer.

Eu diria que para escutar, assim como para janelar, também é preciso de ouvidos olfativos, táteis, visuais, gustativos. Talvez assim as crianças consigam dizer que há outros espaços de escuta para além da assembleia [eles existem!]. Escuta no cotidiano, escuta na roda de conversa, escuta no horário de almoço, escuta entre... Escuta pelo meio. E que nem sempre será mediada pelos adultos, pois pode ser *escutação* entre crianças.



(Aquarela feita por Astronauta Marinho no dia 18/02/2021)

3. Criançar cartografando

Quando Astronauta Marinho encontrou aquele tanto de tintas sobre a mesa, foi imediata a sua reação: *Nunca pinte com aquarela. Vou pintar um barco, tipo o Titanic, mas o meu é um barco da NASA, descobridor de outros planetas.*

E assim foi... enquanto misturava tinta com água e fazia rabiscos no papel, Astronauta Marinho contou sobre seu desejo de ser pesquisador. Pesquisar outros planetas. Quer trabalhar na NASA, apesar de ser um pouco arriscado. *Você não sabe porque é arriscado? Por causa do buraco negro, oras! A gente pode cair nele, assim como acontece com os asteroides.*

Eu não sabia nada sobre este assunto e estava realmente interessada na grandiosidade e criatividade daquelas palavras, ali, de corpo todo, à sua escuta. *Vou ter que te explicar: no passado havia dinossauros e no futuro terá guerra de robôs. Eu tenho medo que os robôs se rebellem e que as pessoas morram por causa das máquinas.*

Fonte de pesquisa: Youtube. Metodologia: algumas horas na frente do celular ou do computador, criando e cartografando. Campo: mundos possíveis.

Seguimos uma conversa cheia de contrapontos e devaneios, sobre a terra ser plana ou não [incrivelmente esta dúvida pairava na cabeça de Astronauta Marinho, não à toa em tempos de terraplanistas!], a NASA esconder coisas dos humanos, as máquinas serem muito perigosas e nós sermos extraterrestres. Dizia, também, que era muito importante ter uma pesquisadora no SCFV, pois poderia ajudar a Sôra⁵, afinal são muitas crianças para ela escutar.

Agora ainda não sou pesquisador. Eu sou criança, só trabalho às vezes com meu pai vendendo água no sinal. Sou tipo um ajudador. Sabe que acho que a vida de criança é muito legal, mais legal do que a de adulto. Ser adulto acho que é muito pesado, tem muitas contas para pagar. A criança pode se divertir, mas tem uma coisa que eu não gosto... É que criança não pode escolher, tipo... o que quer vestir, a cor da roupa.

Desenho pronto. Ali, ele poderia escolher qual seria a próxima atividade. Escolheu jogar UNO.

Ah, além do barco e do mar, desenhou um grande pássaro e me explicou: *Este pássaro me salva do meu maior medo, que é estar no meio do mar à deriva.*

...

Astronauta Marinho, nome de menino rizoma, de menino cartografia. Nas suas palavras, com resquícios de desejos futuros e devaneios presentes, tinha muito de devir astronauta, devir marinheiro, devir pesquisador. Já que seu nome verdadeiro não pode aparecer aqui devido às regras estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, uso de invencionática para nomeá-lo deste modo, como criança que faz astronomia nos mares do SCFV e da vida.

⁵ *Sôra ou Sôr*. Modo afetivo que as crianças chamam a educadora e o educador social, a coordenadora, a cozinheira, a auxiliar de cozinha, e até mesmo a pesquisadora. Aqui, na dissertação, também escolhi o jeito das crianças de nomear os adultos do SCFV: *Sôra ou Sôr*. Assim, usarei desta terminologia como forma de buscar garantir o anonimato das trabalhadoras e do trabalhador participantes da pesquisa.

Os deslimites produzidos naquele encontro, aquilo que se vai além da folha e as aquarelas, são acontecimentos que fazem lembrar da música cantada por Toquinho⁶:

*“Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel
Num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu...”*

Como um pesquisador cartógrafo criança, Astronauta Marinho lançou um pingo de tinta no papel e, suportando minhas intervenções e questões, sem linearidade, seguiu o processo. De pintar, de rabiscar, de devanear, de borrar, de revelar, de lançar palavras e fantasias ao meu encontro para me provar a inutilidade e insignificância de interpretações. Viajei nas suas palavras, imaginei mundos possíveis.

Um pinguinho de tinta não tem bordas. Se vai. Ao encontrar outro pingo de tinta, ou um pingo de água, se esvai, se mistura, se desfaz, se transforma em linhas rizomáticas. Linhas de fuga. Já não se vê o início ou o fim. Às vezes, se percebem traços. Riscos. Se você conduzir muito bem com o pincel aquele pinguinho, uma forma mais definida pode aparecer [E nem sempre é isto que se quer]. Mesmo assim, a aquarela extravasa, nem que seja um pouquinho, numa sombra, num escape, num borrão.

Se você pretende um desenho mais formatado, bem delimitado e é muito difícil suportar a imprevisibilidade de certas misturas de cores, talvez não seja conveniente utilizar a aquarela. Qualquer semelhança com a cartografia não é mera coincidência.

*“O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar
Vamos todos numa linda passarela de uma aquarela
que um dia, enfim, descolorirá”*



(Aquarela feita pela pesquisadora como tentativa de desenhar o exercício cartográfico rizomático)

⁶ Música “Aquarela”, lançada em 1983 por Toquinho, composta por Toquinho, Vinicius de Moraes, Mauricio Fabrizio e Guido Morra.

...

Aquarelar, cartografar, navegar. “Aprender a avançar com a fatal coragem de não saber o que esperar dos encontros. É desembarcar em terra firme, aos berros, sem saber no que isso vai dar, apenas dobrando-se aos imponderáveis da existência” (Rosane Sequeira, 2002, p. 30). Pesquisar presencialmente os encontros das crianças com a assistência social no meio da pandemia foi um pouco assim, quase imponderável, um tanto corajoso. Quase à deriva em um mar pandêmico, era preciso, para além de acompanhar processos, suportá-los.

No contexto pandêmico, suportar, por muitas vezes, foi insuportável, haja vista o desgoverno que escancara a necropolítica em discursos presidenciais: “*vamos combater a pandemia, mas a economia não pode parar! Vão morrer alguns. E daí?*”. Estes alguns, no dia 31 de março de 2020, quando iniciava a escrita do projeto de pesquisa, eram 150 pessoas no Brasil. No dia 01 de janeiro de 2022, início de um novo ano com todas as esperanças que convém, são mais de 619 mil pessoas, reduzidas ao negacionismo genocida do inominável #forabolsonaro.

Haverá pássaros que nos salvem de estar à deriva em um mar pandêmico pelo descontrole de um suposto capitão, Astronauta Marinho?

Perguntas-gramas seguem brotando, na certeza de que acompanharemos por muito tempo os impactos da pandemia na vida de todas nós, quiçá das crianças, que aos poucos retornam presencialmente aos lugares coletivos, como o SCFV e a escola, e poderão dar palavras aos acontecimentos vividos ao longo do período de isolamento social no encontro com outras crianças, com professoras e educadoras sociais.

Perguntas-gramas são brotos que acontecem no caminho da pesquisa, são perguntas-rizomas, cujas quais não há raízes como ponto de origem nem uma grande árvore como ponto de chegada, mas sim pontos de encontros, pingos de tinta, conexões, interseções, agenciamentos. Acontecimentos que se dão no entre, constituindo multiplicidades (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998; François Zourabichvili, 2004), mesmo que numa temporalidade limitada pela pesquisa e pelo mestrado, sabemos. Rizomas que “crescem onde efeitos determinados têm lugar” (François Zourabichvili, 2004, p. 53).

A escolha pelo método da cartografia se dá como uma afirmação da potência e da heterogeneidade da vida, como uma pausa-respiro-suspiro nas urgências cotidianas, como uma tentativa contra hegemônica de produção de ciência afetiva pelos encontros e encantamentos, onde “as coisas aparentemente mais insignificantes e imprevisíveis podem ser extremamente potentes” (Luciano Bedin da Costa, 2014, p. 72).

Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar (Roberta Romagnoli, 2009, p. 171).

O traçado singular do percurso cartográfico que culmina nesta dissertação, como sinalizado no bilhete que inaugura a escrita, tecido e tramado num percurso nada linear, requer desenrolar alguns acontecimentos para que não produzam nós impossíveis de desatar, como um jeito de fazer laço com o vivido e significar experiências, e toma aqui a proporção de pingos de tintas que produzem efeitos e compõem o rizoma da pesquisa. Um traçado singular chamado *encontros*, por vezes em barquinhos, à deriva, avistando novos planetas, em companhia de um Astronauta Marinho, de um Menino E, até mesmo à janela e em fios de alta tensão, como os passarinhos.

O início do mestrado acontece em agosto de 2019, após um tempo de trabalho como psicóloga no SUAS. Um encontro que me convoca ao exercício epistêmico cotidiano de reconhecimento de uma formação acadêmica perpassada pela colonialidade do saber e dos privilégios da branquitude que estruturam minha existência enquanto mulher branca.

Pensar o impensável até então, como diz Rosane Sequeira (2002, p. 17), “exige de nós piruetas mortais e quase nunca podemos contar com uma cama elástica que ampare as quedas. Despenca-se, fraturam-se ossos. Não é nada fácil desmontar um campo pronto de referências afixado na alma”.

Olhar para as vantagens raciais, de classe e da cisheteronormatividade, tem sido imprescindível desde então. Eliane Brum (2006, p. 22) diz que “o mundo é salvo por um olhar”. Para isso, precisamos reconhecer como se olha, para quem se olha, de onde se olha o mundo, como uma tarefa diária de desmantelamento do racismo estruturado socialmente, que requer deslocamentos epistêmicos e exercícios decoloniais nas leituras, nas escritas, na produção do conhecimento e na localização do corpo-pesquisadora, enquanto saber situado e não universal. “Inicia-se então uma operação desmanche das formas-padrão em que nos escoramos” (Rosane Sequeira, 2002, p. 18).

Trabalhar como psicóloga na política de assistência social foi um encontro importante com interrogações acerca dos modos de olhar e da importância da escuta ética, acolhedora e situada das histórias de vidas e de como a *escutação* acontece nesse cotidiano e nos territórios, já que ela não é isenta, não é neutra e é atravessada pela construção social daquilo que vale a pena ser escutado e que vale a pena ser investido com nossa ação. Um encontro tão potente que foi delineando os primeiros traços de escrita do anteprojeto, para entrada no mestrado.

Há efeitos deste encontro que seguem reverberando e que possibilitaram reconhecer o desejo pela pesquisa com crianças. Há tempos que vivo histórias com elas - crianças passantes - no acolhimento institucional, no CRAS, no hospital, na assessoria jurídica, na escola, em trilhas que fui percorrendo antes mesmo da psicologia.

No dicionário⁷, passante é o “que passa, que excede”, por isso crianças passantes. Elas, que passaram por mim em algum momento do caminho, deixando marcas, transbordando sentidos e poetizando palavras de pessoa adulta, são como cometas, pois “quando dizemos algo sobre uma criança, a criança já não está, é inapreensível e, por isso, apenas podemos mencionar o seu rastro deixado em nós, uma espécie de cometa fugaz cuja luminosidade se perdeu no umbral mesmo das palavras sucessivas” (Carlos Skliar, 2018, p. 252). Contudo, lembremo-nos que “ver um cometa é sempre um acontecimento. Impactante. Quem diria que eles são um sol que não deu certo. Parece que não se tornar sol é a potência dos cometas. É, quem sabe, não aceitar um destino profético” (Caroline Couto, 2020, p. 40).

Houve a possibilidade de não viver presencialmente o acontecimento do encontro com crianças-cometas-passantes em razão da Covid-19. Uma pandemia, de ordem global, que afetou e ainda afeta, de modos diferentes, muitas vidas – minha, sua, também das crianças. No mundo todo, até a data de hoje, 01 de janeiro de 2022, estima-se a morte de aproximadamente 22,3 milhões de pessoas. Em meio a escândalos de corrupção, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada, com *fake news* desinformando a população, atraso no início da vacinação, temos 67,5% de pessoas vacinadas no Brasil. Para além de todas as sensações, medos, angústias, mortes, *#forabolsonaro* e incertezas vividas coletivamente, foi necessário recalcular rotas e traçar novos planos para que o desejo e o projeto de encontrar crianças em um SCFV fosse possível.

Em dezembro de 2020, os SCFV de Porto Alegre reabriram para atividades presenciais, então avaliamos junto à coordenação do SCFV que era seguro ir ao campo seguindo os protocolos sanitários pactuados com o gestor público, como o uso de máscara e álcool gel, distanciamento físico, turnos reduzidos e poucas crianças concomitantemente.

Organizar o SCFV na pandemia apontava o desafio de que a cada dia era preciso que a coordenação avaliasse a continuidade das atividades presenciais e, por mais planejamento que se tivesse, estávamos todas [profissionais, pesquisadora, crianças, mães, pais] vivendo o momento de um certo modo cartográfico, como apontado por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2015, p. 31): “conhecer o caminho de constituição de dado objeto

⁷ “passante”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/passante>

equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho”. Objeto, aqui, entendido como a própria vida de cada um dos sujeitos que se encontravam em relação naquele espaço, naquele campo, naquele tempo. Além do compromisso social dos gestores das políticas públicas (muitas vezes falho, há de se pontuar), era preciso também um compromisso sanitário de cuidados individuais para que constituíssemos um caminho possível de estar juntas coletivamente.

A cartografia acontece “no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade” (Eduardo Passos e Regina de Barros, 2015, p. 30). É considerada uma pesquisa intervenção, com uma inevitável implicação dos envolvidos, que borra as fronteiras “de quem conhece e do que é conhecido, de quem analisa e do que é analisado” (Eduardo Passos e Regina de Barros, 2015, p. 25). “Cartografar é estar, e não olhar de fora”, destaca Luciano Bedin da Costa (2014, p. 75).

Portanto, entre os meses de dezembro de 2020 a março de 2021, estive com o SCFV, com as pessoas e as coisas que o fazem acontecer: entre crianças, coordenadoras, educadores sociais, auxiliar de cozinha, cozinheira, alguns inusitados, esperados, ditos e não-ditos. “Como o que se passa entre é o mais interessante, resta ao cartógrafo estar suficientemente poroso a estas microssensibilidades que se instauram nas zonas fronteiriças” (Luciano Bedin da Costa, 2014, p. 67).

Durante esses quatro meses, minha inserção no cotidiano do SCFV Gianelli “G3” foi de um a dois dias da semana, em turnos alternados, combinados com a equipe. Com a proposta de que eu pudesse vivenciar os encontros das crianças com o SCFV, com as profissionais, com a pesquisadora e com os acontecimentos que não são possíveis de serem previstos [precisam ser vividos e sentidos], pactuamos, com inspiração poética de Manoel de Barros, que não se definiria previamente atividades exclusivas a serem feitas por mim ou quando eu estivesse presente, mas sim que eu pudesse ir andando, no meio, entre todas e todos, na sala, no jardim, no refeitório, no campo de futebol, como um agenciamento afetivo - “estar no meio, sobre a linha de encontro de um mundo interior e de um mundo exterior” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 44). “Meus passos não eram para chegar porque não havia chegada, nem desejos de ficar parado no meio do caminho. Fui andando...” (Manoel de Barros, 2010, p. 50).

Aprendiz-cartógrafa. No meio disso tudo e de um pouco mais. Festa de Natal, varrer o chão, distribuir o lanche, almoço de Ano Novo, doações de cestas básicas, caminhada pelo território, conversa com o dono da borracharia, pintura de pneu para fazer um vaso de flor, precisamos cuidar do pátio, desenho com aquarela, tecer filtro dos sonhos e mandalas de lã, o que você viu da sua janela na pandemia?, UNO, Fla-Flu, xadrez, roda de conversa na sala, roda

de conversa no pátio, desenhar, levar os trabalhos finais na escola, torcer para passar de ano, fazer uma composteira, comer bolo de maçã com canela, comer melancia gelada, filmar as piruetas no campo de futebol e o gol de bicicleta, observar os abacates e torcer para que amadureçam logo, lembrar com saudades das aulas com o professor de artes, silêncio no refeitório, alguém fez xixi na porta da sala durante o fim de semana, pensar sobre o que vou agradecer e quais meus pedidos para o Ano Novo, escrever pela primeira vez em um computador, lavar as mãos, cada um com sua garrafinha de água, tomar um cafezinho, higienizar a mesa, ouvir uma história, contar uma história, sorrir com os olhos, tenho esperança que a pandemia acabe, também gostaria de tomar a vacina, mesmo com 13 anos ainda serei criança, cartão postal, olhar o céu deitada no banco de cimento, passar por baixo da roleta do ônibus, bloqueou o TRI⁸.

Há muitos afetos entre estes acontecimentos. Pingos de tinta que se vão, continuam. Pingos de tinta que produzem traçados singulares e que, nesta pesquisa cartográfica, tem na *escutação* um modo de refletir sobre o acontecimento dos encontros com as crianças para além dos serviços, das tipificações e dos estigmas que perfazem os discursos que inventam as infâncias no contemporâneo.

A *escutação*, enquanto um aposta ética-estética-política [que será mais discutida posteriormente], intenta escutar a cor dos passarinhos, como diz Manoel de Barros (2010). É preciso delirar o verbo e criar as palavras e os sentidos para a *escutação* acontecer.

Leni Dornelles (2010) aposta em políticas do *criançar*. Como uma conversa com Astronauta Marinho, que diz que crianças não podem escolher, a autora ressalta que as crianças têm sido “fabricadas como sujeitos que escolhem, decidem, optam e de alguma maneira muito cedo precisam assumir os efeitos de suas decisões” (p. 17) que as enquadram em infâncias emergentes na atualidade, como as *daguerra*, *dareligiosidade*, *daciberinfância*, e outras, no contexto que pesquisamos: *doSASE*⁹, *davila*, ou com outros adjetivos que podem colar e produzir mais enquadres, como criança-abusada, criança-pobre, criança-vulnerável, criança-em-risco. Mesmo que determinados adjetivos não sejam uma escolha, vivemos num tempo em

⁸ “O TRI-Transporte Integrado é o sistema de bilhetagem eletrônica utilizado no transporte coletivo de Porto Alegre”. Informação disponível no site: <https://www.tripoa.net.br/O-TRI>. As crianças e adolescentes que frequentam o SCFV recebem um cartão TRI para ser utilizado no deslocamento, mediante cadastro prévio feito pela coordenação do serviço. O TRI é bloqueado quando utilizado por outra pessoa através da fiscalização das câmeras do ônibus.

⁹ SASE é a sigla de Serviço de Apoio Sócio Educativo, como era nomeado o SCFV antes da publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009. Muitas pessoas ainda usam a sigla SASE ao se referir ao SCFV.

que se individualiza a questão social e se culpabiliza os sujeitos por todos acontecimentos de suas vidas, inclusive as crianças.

Criançar, por uma desconstrução dos discursos totalizantes sobre as infâncias, entendendo-as como “produto de uma trama histórica, cultural e social na qual o adulto que com ela convive busca gerenciá-la através da produção de saberes e poderes” (Leni Dornelles, 2010, p. 4).

Cartografar criando, criar cartografando. Jeitos de falar, também, da implicação de uma pesquisadora, que é “um dos mais valiosos dispositivos de trabalho no campo. É a partir de sua subjetividade que afetos e sensações irrompem, sentidos são dados, e algo é produzido” (Roberta Romagnoli, 2009, p. 171). Sempre estamos de alguma forma implicados com a pesquisa, com o campo, com as pessoas, consigo mesma - uma ética de habitar o mundo, em que olhar e analisar esta implicação constituem de forma imprescindível, também, a própria pesquisa (Roberta Romagnoli, 2009; Cecília Coimbra e Maria Lívia Nascimento, 2012; Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho, 2012).

Pesquisar pode ser “uma forma de cuidado (...) ou cultivo de um território existencial no qual o pesquisador e o pesquisado se encontram” (Johnny Alvarez e Eduardo Passos, 2015, p. 144). Cada um com suas marcas, suas relações, seus saberes, suas redes e que, na potência e nos afetos dos encontros, “podem ou não trazer outras marcas, romper com sentidos conhecidos e fundar outros impensáveis” (Roberta Romagnoli, 2009, p. 171).

Um encontro afetivo de despedida [ou uma restituição presencial, se você preferir chamar assim] ocorreu no final de junho de 2021, semanas antes de um embarque com três malas, uma mochila, vinte livros e outras coisinhas mais para a cidade do Porto, em Portugal, onde resido desde então. Um momento não de devolutiva de um suposto saber ou verdade com pretensão de neutralidade, mas como um encontro constitutivo e fundamental para o processo de pesquisa, como análise de implicação de todas e todos envolvidos, para “perguntarmo-nos que lugares estamos ocupando, que lógicas estamos reproduzindo ou recusando, a quem e o que afetamos, deformamos, engendramos e como estamos sendo também modulados” (Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho, 2012, p. 32).

Este encontro aconteceu com uma parte das pessoas participantes da pesquisa - a parte adulta. Criançar foi o verbo que nos enlaçou afetivamente e permitiu que, num exercício de horizontalidade e de reflexão sobre a adultice que costuma conduzir o trabalho com crianças, fôssemos falando sobre nós, não sobre elas sem elas, mas sobre as afetações em nossos corpos adultos com resquícios de infâncias e crianças passantes.

A impossibilidade de um encontro presencial com todas as crianças participantes da pesquisa simultaneamente, fez marejar os olhos. Era um pressuposto ético a restituição com as crianças. Como torná-la, de algum modo, possível?

Esta carta significa muito pra mim, recado do Astronauta Marinho, depois de receber um cartão postal - o modo possível de sustentar os laços entre nós e possibilitar espaço para a restituição, seja por carta, fotos, vídeos ou recados.

...

Preciso lhes contar, ainda, que um rizoma também se produz nos caminhos e encontros da pesquisadora aprendiz-cartógrafa em outros lugares, com outras pessoas.

Um deles foi o trabalho como mediadora de uma das oficinas da consultoria especializada para construção de estratégias de enfrentamento às piores formas de trabalho infantil, especificamente, o tráfico de drogas e a exploração sexual infantil. Este projeto foi elaborado pela FASC, através da Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (COMPETI), e executado em parceria com o Instituto Gaúcho de Educação Superior (IGES), sendo realizadas oficinas presenciais e virtuais no período de 2019 a 2021 com profissionais das dezessete Redes de Proteção à Infância e Adolescência do município de Porto Alegre.

Encontrar-se com o trabalho infantil pelas estatísticas que não são apenas números, são vidas crianças e adolescentes, junto de relatos de profissionais, teorias, pesquisas, literatura, música, foi encontrar-se, também, com as crianças que se encontram no SCFV, considerando que a maior parte delas são encaminhadas pelo Serviço de Abordagem Social (nomeado em Porto Alegre de Ação Rua) devido às vivências de trabalho infantil, como forma de garantir um espaço protetivo a elas no turno inverso ao da escola.

É um encontro com o trabalho infantil cantado por Emicida e Drik Barbosa¹⁰.

“Com oito ela limpa casa de família

Em troca de comida

Mas só queria brincar de adoleta

Sua vontade esconde-esconde

¹⁰ A música “Sementes”, cantada por Emicida e Drik Barbosa e composta por Nave e Thiago Jamelão, foi lançada em 2020 numa campanha para erradicação do trabalho infantil com apoio do Ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, da Justiça do Trabalho e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

*Já que a sociedade pega-pega
 Sua liberdade e transforma em tristeza
 Repetiu na escola por falta
 Ele quer ir mas não pode
 Desigualdade é presente
 E tira seus direitos sem escolha
 Trabalha ou rouba pra viver
 Sistema algoz, que o arrancou da escola
 E colocou pra vender bala nos faróis
 Em maioria, jovens pretos de periferia
 Que tem direito a vida plena
 Mas só conhece o que vivencia
 Insegurança, violência e medo”.*

Também é um encontro com o trabalho infantil contado por Conceição Evaristo (2016, p. 106).

A morte às vezes tem um gosto de gozo? Ou o gozo tem um gosto de morte? Não esqueço o gozo vivido no perigo de meu primeiro mortal trabalho, na minha primeira vez. Um dia os homens subiram o morro. O combinado era o enfrentamento. Até então eu só tinha feito trabalho pequeno. Vigiar, passar o bagulho, empunhar armas nos becos, garantindo a proteção dos pontos na calada da noite. Naquele dia mandaram que eu fosse enfrentar também. Eu tinha treze anos.

Adentrar outro lugar, encontrar outras crianças. Uma breve passagem de cinco meses como psicóloga hospitalar no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e como preceptora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança, violências e vulnerabilidades, espaço onde fui residente nos anos de 2015 a 2017, trouxe o reencontro com o campo da saúde. Um hospital com atendimentos totalmente público do Sistema Único de Saúde, referência para atendimento a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual. Um encontro com situações limítrofes da morte infantil, do adoecimento, do abuso sexual, das inúmeras violações de direitos que afetam os corpos pequeninos. Um lugar onde também encontrei as crianças do SCFV.

Não há como sair ilesa de um plantão em uma emergência pediátrica.



(Aquarela feita por Azulão no dia 11/03/2021)

4. À Azulão: para não esquecer o tempo que vivemos¹¹

Sabe Azulão, acho que você entendeu que quando eu falava desta pesquisa, eu também falava de passarinhos. Seu desenho me fez ter certeza disso. Por vezes, é preciso ser quase árvore, ter olhos que renovam as tardes e ter um silêncio tão alto para perceber sutilezas nos encontros de uma pesquisa (Manoel de Barros, 2010). Para mim, você é tipo Bernardo, um menino manoelês. Sua beleza e seu canto encantam. Contudo, desculpe-me se escutar a cor dos passarinhos por vezes é tarefa difícil para uma pessoa adulta. Eu ouvi, *Aslan*, quando você me disse que seu nome era *Azulão*. [Culpei sua máscara por abafar sua voz, mas será que foi um problema no meu ouvido?]

¹¹ Parte das discussões trazidas nos capítulos 4 e 5 da dissertação foram publicadas em: Eichherr, Letícia Maisa; Cruz, Lílian Rodrigues da. O que você quer ser quando crescer? Pandemia e um manifesto às crianças e ao tempo presente. In: Cruz, Lílian Rodrigues da; Hillesheim, Betina; Eichherr, Letícia Maisa (orgs). Interrogações às políticas públicas sobre travessias e tessituras do pesquisador. Florianópolis/SC: ABRAPSO Editora, 2021.

Sei que aí no seu coração há histórias tristes. Apesar de você não ter me contado, eu soube por pessoas que gostam muito de você, que algumas coisas na sua casa não vão bem há tempos.

Lembra daquele dia que você e sua irmã Rosa chegaram no SCFV passando mal de tanta angústia? Eu pensava no quanto gostaria de fazer algo para melhorar o dia de vocês que estava sendo tão difícil. Acho que a aquarela ajudou um pouquinho, pois Rosa sorria tanto ao fim do nosso encontro... E você também, né?

Neste dia você me contou que achava que a internação do seu padrasto para tratar o alcoolismo não daria certo, porque já era a terceira vez que acontecia. Imagino que estavas com medo de que fosse como da outra vez, em que ele voltou, bebeu mais e bateu em você. Rosa estava com mais esperança, disse que estava aliviada com a internação e que achava que era para o bem do pai, embora seu olhar não demonstrava isso. Ela aquarelou um coração e disse que era um *coração de esperança*, pois acreditava que desta vez tudo iria dar certo.

Ah, deixa eu te dizer que eu pensei no que você me disse: que nada iria mudar quando fizesse 13 anos e que continuaria sendo criança. Concordo com você. Também acho que podes ser criança até quando quiseres. Para quê pressa para crescer, não é?

Aslan, Azulão. Você não imagina como fiquei tentando escutar o seu olhar e a sua cor... O seu passarinho é silencioso, voa quando alguém chega perto. Fiquei sabendo que você era conhecido como Azulão bravo e que agora diz por aí que mudou e que controla sua raiva.

Já que você gostou tanto dos nossos encontros, podemos um dia passarinho juntos pelas ruas que você já andou, nos cantos que você já dormiu e conversar sobre coisas que você viu. Tudo bem se você não quiser, podemos somente pintar aquarelas, sem conversar. Penso que você tem cacoete para artista, pois és um grande desenhista e um ótimo fabricante de brinquedos de madeira.

Aslan, Azulão, quero te dizer que te encontrar no SCFV me fez escutar melhor.

...

À Azulão, e também ao Menino E, ao Astronauta Marinho, à Rosa, à Aurora, ao Rouxinol, ao Canarinho, ao Diego¹².

¹² Menino E e Astronauta Marinho você já conhece. Azulão e Rosa escolheram aparecer por aqui com nomes inventados por si mesmos. Sobre Diego, contarei logo mais. Aurora é fenômeno luminoso e belo que precisa uma certa sensibilidade no olhar para admirar seu encantamento (na correria do dia-a-dia), como a menina que encontrei no SCFV. Rouxinol e Canarinho foi como decidi chamar aqueles dois passarinhos, aliás, meninos pequeninos, com cantos inconfundíveis que reconhecemos instantaneamente ao adentrar o SCFV.

Crianças que encontro no SCFV. Crianças que se encontram no SCFV. Crianças que se encontram em outros lugares, em casa, na rua, no sinal, no hospital, no ônibus, na escola, em manchetes de jornal.

Encontros. “Tudo é apenas encontro no universo, bom ou mau encontro”, já dizia Gilles Deleuze, em entrevista à Claire Parnet (1980/1998, p. 49). “Encontros com pessoas que fazem coisas que batem com o que eu faço e vice-versa” (Gilles Deleuze, 1994, p. 48).

Baseado em Baruch Espinoza, Gilles Deleuze e Claire Parnet (1980/1998, p. 49) ressaltam que as pessoas “afetam umas às outras, à medida que a relação que constitui cada um forma um grau de potência, um poder de ser afetado”. Encontros que produzem afetos. “Ora eles nos enfraquecem, quando diminuem nossa potência de agir e decompõem nossas relações (tristeza), ora nos tornam mais fortes, quando aumentam nossa potência e nos fazem entrar em um indivíduo mais vasto ou superior (alegria)” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 49).

Considerando sua vivência ancestral do encontro colonizador das caravelas portuguesas com os povos indígenas do Brasil, Ailton Krenak (2020) problematiza se conseguimos mesmo realizar a experiência do encontro, não só do interpessoal, mas de povos e culturas, afirmando que “o desastre repetido destas tentativas de encontro está espalhado pelas nossas praias. Ele se configurou em genocídio, dominação e uma colonização que não tem fim” (p. 9).

Há que se lembrar, também, que detalhes – como uma simples preposição – podem mudar o encontro, como bem destaca o dicionário¹³:

Ao encontro de: Na direção de, à procura de, em consonância com.

De encontro a: Em sentido oposto; contra.

Assim, a possibilidade de produção de bons encontros e afetos alegres no SCFV, entre crianças, pesquisadora, profissionais do serviço pressupõe a reflexão acerca da “colonialidade que está tão impregnada em nós quanto a poluição do ar; está impregnada desde o olhar que temos sobre o mundo, sobre a paisagem, a vida” (Ailton Krenak, 2020, p. 10). O encontro com o outro também pode ser muitas outras coisas. Pode ser colonizador. Pode ser encontro-escutação. Pode ser um encontro-acontecimento produtor de marcas e rupturas, como diz Amanda Cappellari (2019). Pode não ser. Que marcas um encontro-entre-pesquisadora-crianças-adultos-pandemia pode produzir? Quais os afetos são produzidos haja vista a colonialidade e o adultocentrismo que nos atravessa?

¹³ "encontro" in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/encontro>.

Perguntas que tanto fiz ao longo dos meses e que vou chegando à conclusão que não há uma resposta, talvez algumas. Perguntas-grama. Respostas-grama. Como dizia Gilles Deleuze e Claire Parnet (1980/1998, p. 25 citando Henry Miller, 1988), “a grama só existe entre os grandes espaços não-cultivados. Ela preenche os vazios. Ela brota entre – entre as outras coisas”.

É preciso encontrar pistas. Entre brotos e transbordamentos. Afinal, são interrogações que não são respondidas no simples ato de perguntar às crianças e esperar que respondam. Também não as obteremos apenas em espaços formais de escuta. Nem num modo pesquisante de coleta de dados. As pistas estão no meio. No meio do jogo, no meio do almoço, no meio da caminhada, no meio da aquarela, no meio do silêncio, no meio do encontro. É preciso um garimpo afetivo para encontrá-las. É preciso *escutação*.

Como as crianças são escutadas?

...

Aqui, uma pausa. Digito a frase acima e o corretor do Google sinaliza um erro. A palavra *escutadas* foi sublinhada e sugerida uma troca: *escutadas* por *executadas*. Sou tomada pela incredulidade acerca do que dizem os algoritmos. É mais comum crianças executadas a crianças escutadas?

...

Preciso de algumas reticências a mais para conseguir continuar. Alguns respiros e suspiros. Não conseguirei escrever sobre isso agora.

...

...

...

Menino E dizia que a assembleia é o espaço em que tem autonomia para falar, escutar seus colegas e ser escutado. Astronauta Marinho falava sobre o quanto é ruim o fato das crianças não poderem escolher. Azulão passarinha em silêncio, um silêncio que falava muito. Rosa vomitava pela falta de palavras, talvez pela falta de escuta. Aurora não falava, mas dizia quase tudo pelo olhar. De Rouxinol e Canarinho era difícil ouvir um canto suave. Eles gritavam,

parecia ser um jeito possível de dizer algo. Diego sonhava e, às vezes, conseguia falar destes sonhos e também dos pesadelos.

Modos de demonstrar afetos dos encontros com a própria vida. Eu diria que o grau de potência também não se mede com fita métrica ou com balança. Nem pode ser definido por adultos ou pesquisadoras, nem descrito em relatórios ou dissertações.

Sabemos que o encontro das crianças com o SCFV acontece por motivos potencialmente tristes, como já mencionado anteriormente: situação de rua, trabalho infantil, violência física, suspeita de abuso sexual, acolhimento institucional. Considerando que o SCFV é complementar ao trabalho social realizado com famílias usuárias da PNAS, as crianças que ali chegam costumam ser encaminhadas por outros serviços, como o CRAS, o CREAS, o Ação Rua, o acolhimento institucional, a partir de conversas intersetoriais com a educação, a saúde, o Conselho Tutelar, como uma busca por um espaço protetivo às crianças que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais e violação de direitos.

Vivências que não são estáticas e não devem ser definidoras de estereótipos das crianças *doSASE*, aquelas também nomeadas em risco, potencialmente perigosas, que precisam ser tuteladas, que precisam de intervenção e condução para que sobrevivam à infância, uma etapa da vida a ser superada, e tornem-se adultos não bandidos, mas uma classe trabalhadora de bem, como escancaram determinados discursos tão estruturados e introjetados na sociedade.

Entretanto, para que não se reproduzam esses discursos no cotidiano do SCFV, no planejamento das atividades e nas discussões entre profissionais e serviços, é necessário um constante exercício de perguntar-se. Walter Kohan e Maximiliano Durán (2017, p. 175) dizem que “uma coisa é perguntar, outra, muito diferente é perguntar-se. [...] É nesse abrimo-nos à pergunta, ao nos perguntarmos, que podemos encontrar um outro nós”. Um exercício de também olhar os atravessamentos do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista” (Ramón Grosfoguel, 2016, p. 32) na nossa constituição enquanto sujeitos, que se expressam na forma como trabalhamos, escutamos e intervimos, reconhecendo que há uma produção social de subalternidades que afetam diretamente as crianças que se encontram no SCFV, assim como estruturam infâncias desejáveis e universais.

Neste sentido, Mary Del Priore (2018, p. 8) nos aponta que há uma distância muito grande entre o mundo infantil que é descrito em livros ou manuais pelas “organizações internacionais, pelas não-governamentais ou pelas autoridades, daquele em que a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo no qual a ‘criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive”. Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2007) questionam quais são os sujeitos privilegiados nos discursos sobre a infância e ressaltam

que, pela busca da universalidade necessária no projeto moderno de ciência, que homogeneíza sujeitos, minimizando as diferenças e maximizando as semelhanças, a Psicologia acabou legitimando um modelo de infância ideal que exclui possibilidades outras de ser criança através de

uma produção discursiva que constitui, a partir de suas descrições, uma infância desejada, normal, ajustada e, da mesma forma, indesejada, patológica, desajustada (com diferentes tons no gradiente dessa escala), mediante uma concepção de criança abstrata, baseada em uma suposta natureza infantil e desvinculada de suas significações sociais (Betina Hillesheim e Neuza Guareschi, 2007, p. 88).

Sabemos, sobretudo, que a produção de conhecimentos em nosso sistema-mundo, não somente sobre as infâncias, é constituída a partir de determinadas escolhas epistemológicas em detrimento de outras, sustentadas pelo colonialismo e pelo racismo que se “constituíram num aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos”, como aponta Sueli Carneiro (2005, p. 101-102). A partir do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, a autora discute o epistemicídio enquanto empreendimento colonial, apontando para a racialidade como elemento fundante de um “dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial” (p. 96) e “um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais” (p. 97) que atinge majoritariamente pessoas negras e indígenas.

Grada Kilomba (2019, p. 50) nos questiona “qual conhecimento é reconhecido como tal?” e “quem define quais perguntas merecem ser feitas?” (p. 54), apontando para os mitos da objetividade e da neutralidade, convocando-nos, pessoas brancas, a localizar-se na posição violenta da branquitude enquanto produtora de subordinação e inferiorização das pessoas negras, num exercício cotidiano de descolonização do olhar e do conhecimento e de reconhecimento do racismo que nos estrutura socialmente. Deste modo, é de nossa responsabilidade desmantelá-lo.

A branquitude é entendida como a identidade racial da pessoa branca que ocupa uma posição privilegiada na sociedade marcada pelo colonialismo e que implica em vantagens materiais e simbólicas em detrimento dos não brancos, sendo considerada um lugar de poder e de fala, onde o silenciamento atua como estratégia de manutenção de privilégios e do racismo estrutural, que, muitas vezes, é minimizado e negado (Sueli Carneiro, 2005; Lia Vainer Schucman, 2012; Maria Aparecida Bento, 2014).

Assim, olhar as infâncias de uma perspectiva parcial e situada requer um deslocamento de um lugar confortável de se pensar - privilégios da branquitude - e uma abertura para

questionamentos acerca da naturalidade com que as olhamos e a universalidade das verdades ditas e produzidas sobre elas. Donna Haraway (1995, p. 25) destaca que “a visão é sempre uma questão do poder de ver - e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”.

Há que se perguntar diariamente, constantemente. Há que se localizar e reconhecer que o lugar de fala que ocupo, o da branquitude, da adultidade, da cisheteronormatividade, no processo de olhar, escutar, pesquisar, falar, pode ser um ato de colonização (Grada Kilomba, 2019).

Nesse contexto de pesquisa com crianças, Walter Kohan (2010, p. 126) aponta que escrever sobre as infâncias é “escrever do alto para o baixo, do visivelmente maior para o aparentemente menor”. Diz da localização de um saber e de uma perspectiva adulta nas sutilezas dos encontros, inevitavelmente. Escrever com as crianças seria um belo ato de afronta ao epistemicídio acadêmico, que de algum modo, também desqualifica seus saberes. Afinal, muito nos parece que as perguntas que nós, adultas, pesquisadoras, profissionais, direcionamos a elas, tal qual menciona Eduardo Viveiros de Castro (2010, p. 17), serve para “simplesmente ver como a resposta dos outros se adequa à resposta que ele [*o pesquisador*] já tem. Ele vai lá simplesmente conferir se os outros sabem o que ele sabe, quando a questão de descobrir se os outros sabem o que ele não sabe, em geral, não lhe passa pela cabeça”.

Acreditamos, no entanto, em um outro modo de pesquisar, de estar com as crianças, de presentificar suas vivências. Uma pesquisa cuidado, uma pesquisa escuta, onde “a escrita torna-se uma manifestação de resistência a uma forma de relação conosco mesmos e com aquilo chamado de humanidade: assim, o desafio ao escrever a infância é deixar-se escrever por ela” (Walter Kohan, 2010, p. 126).

Contudo, atentemo-nos. A palavra infância, que de origem latina *infans* significa ausência de fala, reflete já na etimologia o lugar que crianças e infâncias são colocadas historicamente – aquelas que não falam. Segundo Betina Hillesheim e Neuza Guareschi (2007), a partir da ideia de ausência de fala, torna-se necessário um tradutor para a infância, o adulto que com seus parâmetros de maturidade e completude “transforma as vozes infantis em vozes semelhantes à sua” (p. 80). Mary Del Priore (2018) ressalta que a história das crianças no Brasil foi feita e escrita à sombra dos adultos e foi a voz deles, tradutores das infâncias, que registraram ou calaram suas existências.

O olhar adultocêntrico e psicologizante que estratifica por idades, que atribui capacidades e fazeres aos “não adultos” para se tornarem adultos no futuro, continuamente vem sendo questionado por desconsiderar valores, conhecimentos, desejos e experimentações próprios do ser criança hoje, tomando a infância apenas

como um vir a ser, e sem voz ativa na sociedade (Ana Lucia Faria, Alex Barreiro, Eliana Macedo e Solange dos Santos, 2015, p. 15).

Pistas para compreender o estranhamento produzido por uma pergunta que é direcionada às crianças: o que você quer ser quando crescer?

O líder indígena Ailton Krenak (2016) defende que esta pergunta soa como ofensa, pois reforça a ideia da criança “receber um crachá de ‘ser’ só quando adulto. Isso é apagar o que ela já é!”¹⁴, colocando o ser-adulto como auge do tempo crónos e o ser-criança como etapa da vida a ser superada.

Obirin Odara (2021, s/p)¹⁵ tece uma breve reflexão sobre esta mesma pergunta, pontuando o quão colonial é associar às crianças a ideia de seres faltantes.

A questão é que a criança não será algo quando crescer porque não devemos projetá-la como alguém que ainda deve conquistar seu lugar no mundo, fazendo dela um sujeito que vive à espera do depois. O que elas têm a contribuir com nossa comunidade agora, a partir desse lugar mágico que é a infância? Talvez a pergunta que precise ser feita é para os adultos: o que vocês foram e não são mais? A criança já é.

Perguntas-grama que brotam e convocam à descolonização do nosso olhar para “a concepção iluminista da infância e de sua educação como preparação para o futuro, para o adulto que será, o que desapropria a experiência humana das crianças” (Ana Lucia Faria, Alex Barreiro, Eliana Macedo e Solange dos Santos, 2015, p. 14).

Manoel de Barros (2006, p. 39) dizia que “nada havia de mais prestante em nós senão a infância. O mundo começava ali”. Um poeta que provoca a sensação da inutilidade do vir a ser adulto e que diz que “quando crescer vou vir a ficar criança” (p. 419) ou, então, “eu queria crescer para passarinho” (p. 334). Talvez seja disso que Azulão falava, mesmo sabendo o que leis, cartilhas e manuais afirmam. Há uma delimitação no espaço-tempo da vida para ser criança: do zero aos 12 anos.

O tempo crónos - referente ao tempo sucessivo do passado, do presente e do futuro – reforça as ideias desenvolvimentistas que nos colocam a viver numa ordem sequencial, muitas vezes com características bastante limitadas e possíveis de serem vividas somente em cada uma das etapas da vida, em ordem: fetos, bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e, por fim, idosos.

¹⁴ Fala proferida na roda de conversa “Mediador de Mundos” do evento Ciranda de Filmes, em 09/09/2016, no CineSESC de São Paulo/SP, conforme informações disponíveis no site: <https://www.geledes.org.br/perguntar-para-uma-crianca-o-que-ela-quer-ser-e-uma-ofensa-isso-e-apagar-o-que-ela-ja-e/>.

¹⁵ Obirin Odara é autora da página no Instagram intitulada “Não me colonize”. A frase citada foi publicada no dia 12 de outubro de 2021, dia das crianças no Brasil, e está disponível no link: <https://www.instagram.com/p/CGQ6OaFpVo/>

“O tempo da infância morre, pois começa a fazer parte da fileira dos eventos ordenados, utilitários, aproveitáveis” (Carlos Skliar, 2018, p. 253). Às crianças, como se concordássemos com a ausência de sua fala e de um lugar próprio e possível no mundo, desejamos que mais rapidamente cresçam e sejam o futuro da nação. “Quando tentamos levar a criança para pensar o seu futuro, sem que isto seja uma necessidade dela, estamos retirando-a da sua vivência presente e, talvez, chamando-a para um ‘dever ser’ que pode ser indigesto” (Alexandre Amaral, 2019, s/p).

Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018) apresentam reflexões acerca das infâncias a partir de uma ética afroperspectivista, que inclui vozes africanas e ameríndias na produção de conhecimentos. Na língua africana Xhosa, *ubuntwana* é a palavra que significa infância, tendo duas versões de significados: formada por *ubuntu-* (polidiálogo, instabilidade da vida, pluriversalidade) e *-twana* (afeto enamorado pela humanidade) ou *ubu-* (ser) com *-ntwana* (infância propriamente dita).

Daí *ubuntwana* significar justamente a relação de estar afetado pela experiência de realizar-se como humano através de vivenciar relações com outros seres humanos. [...] Infância enquanto agente de provocação, capaz de afetar afetivamente, acolher e provocar o encantamento diante da vida. [...] Condição de experiência humana privilegiada (Renato Nogueira e Marcos Barreto, 2018, p. 631).

Os autores também apontam que a partir da filosofia *teko porã*, “um conjunto de vivências em que as correlações de força entre cosmos, meio ambiente e outros animais, incluindo os humanos, são levadas em consideração para ações de um povo e de indivíduos” (Renato Nogueira e Marcos Barreto, 2018, p. 633), os povos indígenas Guarani compreendem que as infâncias se relacionam intensamente com uma dimensão composta de outros elementos para além dos humanos, como os animais, a vegetação, os rios, as estrelas, o sol, a lua, as forças divinas. Não há uma fixidez no tempo cronológico como no modo ocidental de organizar o mundo que coloca, constantemente, as infâncias na relação com a adultidade, em um lugar de tutela, de dependência e como etapa da vida a ser superada.

Maria Carmen Barbosa (2013) traz reflexões sobre o tempo para viver a infância, entendendo-o como articulador da vida, e sobre a temporalidade capitalística que “brutaliza a vida cotidiana e empobrece a experiência da infância” (p. 216), explorando outras visões de mundo acerca do tempo para pensar em alternativas à aceleração imposta pelo capitalismo no contexto da educação infantil: os gregos entendiam o tempo, além do *chrónos*, como *kairós*, que é o tempo da oportunidade, do momento presente, e *aión*, que é o tempo da intensidade e da experiência. Os povos indígenas Krahô veem o tempo como criação e alternâncias:

“nascente/poente, seca/chuva, tempo do sol (rápido) ou da lua (lento)” (Maria Carmen Barbosa, 2013, p. 217). Já os povos indígenas Amondawa não possuem uma noção abstrata de tempo sequencial. Assim, conforme descrito no capítulo dois, a autora propõe para a educação infantil três práticas pedagógicas não lineares de viver e contar o tempo, que demonstram ser possíveis de estenderem-se ao SCFV: compartilhar a vida, brincar e narrar.

Compartilhar a vida, brincar e narrar, substituindo perguntas que já não cabem mais às crianças do tempo presente, às infâncias *ubuntwana* que, segundo Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018) são o elo entre a ancestralidade, a futuridade e os viventes. A presença do passado e do futuro na emergência do presente. A intensidade do hoje. Aión e Kairós.

“Qual a nossa dificuldade em sustentar a multiplicidade de versões de si das crianças à nossa volta? Por que queremos encaixotá-las, prepará-las para um futuro sombrio?” (Alexandre Amaral, 2019, s/p). Anete Abramowicz e Tatiane Rodrigues (2014, p. 464) apontam que “há um preceito hegemônico que fala de infância e da potência da criança sob os auspícios da economia, como investimento social e capital do futuro”.

Mudar as perguntas-gramas, como proposto por Eduardo Viveiros de Castro (2010, p. 18), ao refletir sobre os discursos antropológicos narcísicos e os modos de pesquisar, que ressalta que “sempre entendemos que as nossas perguntas são as perguntas que todo ser humano faz –, mas colocar sob suspeita este pressuposto e imaginar que talvez as perguntas, elas próprias, sejam outras. E aí nós estamos realmente diante de um problema interessante”.

Pistas para a pluriversalidade e o polidiálogo, que Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018), numa ética afroperspectivista, apontam como sendo a coexistência de visões de mundo diferentes, por vezes incompatíveis, mas igualmente válidas, que não necessariamente serão consensuais e que tudo bem, precisamos lidar com a instabilidade, os conflitos e as diferenças das experiências de vida sem exigir respostas e ideias únicas. Colocar na roda de conversa, roda cantada, roda brincante, roda pesquisante, as perspectivas africanas, ameríndias, feministas, poéticas, infantis, como reflexões, aberturas e contrapontos às ideias cronológicas de viver a vida e de ser alguém somente quando adulto.

Manoel de Barros (2010, p. 373) fazia este convite poético para os deslimites sequenciais das palavras quando dizia que “depois veio a ordem das coisas e as pedras têm que rolar seu destino de pedra para o resto dos tempos. Só as palavras não foram castigadas com a ordem natural das coisas”. Palavras pesquisantes e pluriversas para subverter a lógica de ver as infâncias como etapa da vida a ser superada.

Rosa dizia que para ser bem criança, muito criança, era preciso subir em árvores. Menino E achava que quando se é adulto é mais difícil de sonhar. Astronauta Marinho sabia

muito sobre narrar viagens a outros planetas e mundos possíveis, estes onde crianças podem fazer escolhas. Aurora ainda não conseguia compartilhar palavras da sua vida de criança num abrigo. Azulão conseguiu passarinhar no meu ouvido sobre quão lindo foi conhecer o mar.

Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018, p. 639-640) nos dizem que as crianças são “os seres que habitam a infância por excelência” e que são “investidas da capacidade de estar aprendendo”. Sonia Kramer e Flávia Motta (2010, s/p.) pontuam que a criança “produz cultura, é nela produzida, brinca, aprende, sente, cria, cresce e se modifica, ao longo do processo histórico que constitui a vida humana. As crianças são constituídas a partir de sua classe social, etnia, gênero e por diferenças físicas, psicológicas e culturais”. Loide Trois (2017, p. 87) lembra que “as crianças estão ativamente envolvidas na construção de suas vidas, das vidas daqueles que as rodeiam e das sociedades em que vivem”. Carlos Skliar (2018, p. 252) aponta que há um “desatino na busca por uma resposta sobre o que é uma criança, e o olhar repousa, então, no que poderia chegar a ser, em seu estado travestido e revulsivo de adulto”.

Evoco o problema de pesquisa, em voz alta, para tentar escutar algo diferente, como a ideia de Manoel de Barros (2010, p. 300) “repetir, repetir - até ficar diferente”: De que infâncias nos falam as crianças que se encontram no SCFV? O exercício de *escutaçã*o me faz concordar com Eduardo Viveiros de Castro. Talvez a pergunta seja outra. Outras.

Pesquisar com crianças é como carregar água na peneira, apanhar desperdícios, amar despropósitos. Pode ser um exercício manoelês de imaginar o mundo visto de uma borboleta, de escutar a cor dos peixes, de ver a cor das vogais, de desver e transver o mundo (Manoel de Barros, 2010). Há sempre algo que escapa às pretensões adultas de nomear, mensurar, explicar, e pode ser disso que menina Olívia falava quando pontuou que “a adultidade é alguma coisa que as pessoas adultas têm e as fazem malvadas” (Renato Nogueira e Luciana Alves, 2019, p. 9). A malvadeza de achar que sabemos das perguntas e, antemão, das respostas.

Nesta pesquisa *escutaçã*o, são elas que interrogam a adultidade. Que questionam a necessidade de explicar quem são e o que são as crianças. Que mostram que o que vejo, sinto, escuto no SCFV é só um pouquinho de tudo o que são na vida e nos espaços que circulam e que não as posso reduzir a uma única explicação. Que desinventam manuais da psicologia e da assistência social. Que descortinam janelas. Que desacostumam ouvidos que teimam em ouvir sempre as mesmas coisas. Que imaginam potências. Que desejam poesia invés de profecia. Que tentam se descolar de aprisionamentos discursivos e convocam a descolonizar as infâncias. Que trocam universalidades por singularidades e multiplicidades.

Nas tessituras e tramas da pesquisa, sigo pistas de Carlos Skliar, que diz: “as crianças não falam da infância, nem sequer em segredo, pois não fazem parte de uma seita nem de uma

legião e porque não há segredos nem mistérios a revelar” (2018, p. 252). As crianças, estas que encontrei no SCFV e que lá se encontram, nomeadas, por muitos, de vulneráveis e em risco, falam de outras coisas, de muitas coisas. Falam de seus modos de ser criança neste tempo indigesto e sombrio que parece ser o presente, muito mais do que o futuro.

Neste sentido, lembremos da equação infância + pobreza = vulnerabilidade = risco = perigo, em que Betina Hillesheim e Lílian Cruz (2008, p. 197) apontam que “ao relacionar os fatores (de risco) do presente, busca-se fabricar o futuro: a infância (hoje) de risco deve ser transformada no adulto produtivo (de amanhã)”. Baseadas em Jacques Derrida e Jorge Larrosa, as autoras convocam o pensamento do *talvez*, como

possibilidade do acontecimento, do incompreensível e do imprevisível. O pensamento do talvez embaralha os cálculos precisos que buscam prever e controlar o tempo que vem: um tempo que não é futuro, mas porvir. Um tempo que não é continuidade do presente, que não é linear, que não se orienta cronologicamente. O pensamento do talvez suspende os sinais da equação infância + pobreza, perturbando todos os cálculos, introduzindo a descontinuidade, a diferença, a abertura de um porvir. Desmancha-se a equação e permanece somente a infância: o talvez, o que não é, o que está por vir (Betina Hillesheim e Lílian Cruz, 2008, p. 197).

Assim, num manifesto a olhar as crianças no acontecimento do tempo presente, optemos “pelo presente possível, pela utopia do aqui agora, ao invés da ‘velha’ utopia futurista de que o ‘amanhã será melhor’ e [*que por isso*] devemos nos esforçar para crescer; preferimos nos manter ‘crianças’” (Renato Nogueira e Marcos Barreto, 2018, p. 641 - grifos meus). Afinal, nas suas diferenças e singularidades, as crianças nos movimentam a pensar nas diferentes infâncias possíveis, que não cabem num conceito único, embora pareçam ter que caber num espaço-tempo delimitado.

De que tempo falamos, se interrogamos aquele cronológico, medido pelo relógio, pelo calendário, pela agenda, pela fita métrica que dá números aos corpos?

O tempo do porvir, do talvez, que une chrónos, aión e kairós, embaralhando as linearidades temporais que, por vezes, se fazem nas escritas tanto quanto na vida.

Um tempo produtor de infancialização. Diferente de infantilizar, que carrega sentidos negativos de ignorância e insegurança, Renato Nogueira e Marcos Barreto (2018) propõem que “a infancialização é um princípio ético que tem a infância como experiência disruptiva e criativa. Assim, infancializar é uma maneira de perceber na infância as condições de possibilidade de invenção de novos modos de vida” (p. 627), “é ativar a infância em adultos” (Renato Nogueira e Marcos Barreto, 2018, p. 631). Parece ser disto que o Coletivo Esperança (2017, p. 122) também falava no verbete “infância”.

Infância não é o mesmo que ser criança, porque sempre há um pouco de criança na gente. Uma pessoa adulta sempre tem um pouquinho da infância. Um adulto chega à determinada idade e vira criança. A gente nunca perde a criançice que a gente tem. Tem alguma coisinha que a gente sempre leva.

Também um tempo que potencialize criar e “viver intensamente o processo de ser criança como uma prática de potencialização da alegria da vida” (Leni Dornelles, 2010, p. 17). Maria Cristina Vicentin (2020) ressalta que criar trata-se da potência da criança em afetar e ser afetada, pela sua disponibilidade de construir mundos, pela disposição para invenção, para imprevistos e para surpreender-se. Criar é “a suspensão do encadeamento extensivo, espacial e cronológico nos estados de coisas e a entrada no estado intensivo em que a própria vida se deixa tomar por ‘entre-tempos’, por ‘entre-mundos’” (Orlandi, 2008 citado por Maria Cristina Vicentin, 2020, p. 6).

Criar e infantilizar. Na busca por interromper a brutalização do tempo, como apontava Manoel de Barros (2010, p. 374). “Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva, etc., etc.”.

Criar e infantilizar. Verbos que abrem passagem aos movimentos das crianças e das infâncias no contemporâneo. Que deixam entrar em cena as perguntas que as próprias crianças nos fazem acerca das perspectivas de futuro que a adultidade tem negligenciado. Que mostram que crianças podem ser consultoras de um futuro, que possuem visões de mundo e críticas frente ao que os adultos, políticos, poderosos, tem feito com o planeta. Se Malala Yousafzai e Greta Thunberg tiveram (e tem) reconhecimento mundial da potência de suas vozes infantis, questionadoras e críticas, acredito que nos seus micro espaços, nas suas possibilidades, Menino E, Diego, Azulão, Aurora, Rosa, Astronauta Marinho, Rouxinol e Canarinho também tem muito a dizer. Cabe-nos refletir sobre o adultocentrismo que muito nos impede de as escutar.

5. Tempos (difíceis) para sonhadores

São tempos difíceis para sonhadores, dizia Amélie Poulain¹⁶. Opto por deixar a palavra “difíceis” do título deste capítulo entre parênteses, como se por instantes estivéssemos submersos em um tempo de sonhos, deixando determinadas dificuldades em suspenso. Mas elas estão ali, mesmo entre parênteses, mesmo que não queiramos vê-las.

Alberto Pucheu (2019, p. 8) parecia saber um tanto disso quando escreveu sobre aprender a ficar submerso:

*“É preciso aguentar ficar submerso
até se esquecer de que está aguentando,
é preciso aguentar ficar submerso
até que o voluntarioso vulcão de água
arremesse você de volta para fora dele”.*

Ser arremessada para fora de si mesma como consequência esperada dos tantos exercícios de descolonização do pensamento mencionados aqui. De perguntar. De escutar. De olhar. De localizar. De reconhecer os atravessamentos dos sistemas de opressão na forma como estamos e como nos relacionamos com o mundo, e que influencia, também, nas possibilidades e dificuldades de sonhar.

“A minha mãe disse que eu virei um sonhador. Para mudar o mundo, sei bem, é preciso sonhar acordado. Apenas os que desistiram guardam o sonho para o tempo de dormir” (Valter Hugo Mãe, 2019, p. 31).

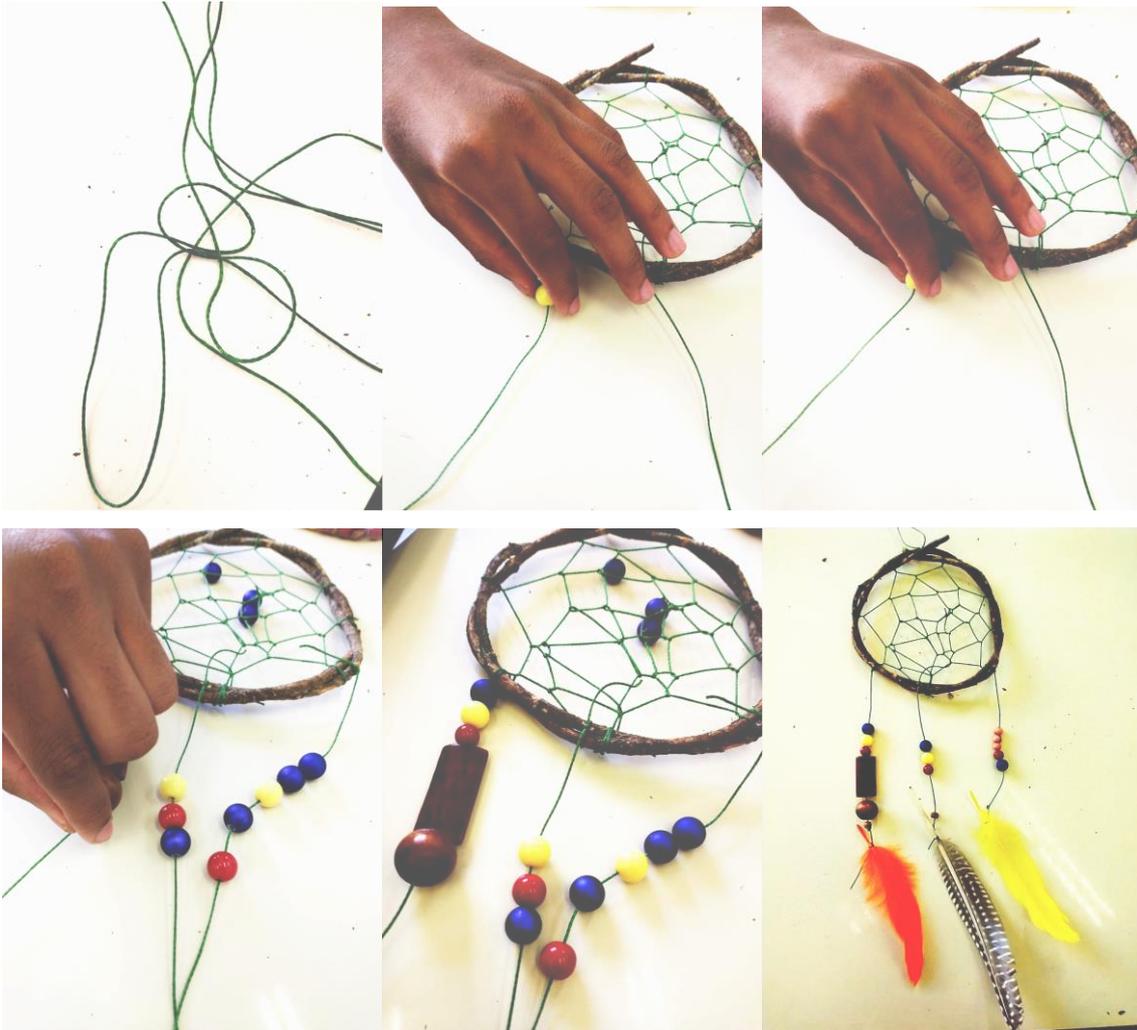
Que o vulcão de água não nos impeça de sonhar, acordados ou dormindo, mesmo em tempos difíceis para sonhadores, como eu, como você, como Diego, Sôr e Menino E.

...

Um dia destes, o último dia no SCFV para ser mais exata, levei na minha sacola de pano diferentes cores de linhas, miçangas e argolas feitas com cipó do quintal que há na casa da minha família lá no interior de Vera Cruz/RS. Achava que seria divertido fazer filtros dos sonhos com as crianças. Algo tramado do meu interior ao seu interior.

Há encontros que são, por si só, um acontecimento poético. E eu diria que, naquele dia, meu encontro com Menino E, Diego e Sôr foi assim.

¹⁶ Frase dita pela personagem Amélie Poulain, interpretada pela atriz Audrey Tautou, no filme francês “O Fabuloso Destino de Amélie Poulain”, lançado em 2001 e dirigido por Jean-Pierre Jeunet.



(Fotos tiradas pela pesquisadora na tentativa de capturar a imagem de um acontecimento poético)

Diego: vou pendurar o filtro dos sonhos no meu quarto, quem sabe eu tenha sonhos bons. É que eu tenho muitos pesadelos, parece que estou sempre caindo de um lugar muito alto.

**

Letícia: Qual teu sonho, Menino E?

Menino E: Não sei, não tenho sonhos.

**

Letícia: E tu, Diego? Qual teu sonho?

Diego: Não sei, os sonhos são aleatórios. Do inconsciente. Não dá pra escolher, né? Pois estamos dormindo.

**

Gargalhadas.

**

Letícia: Tens razão. Mas e os outros sonhos, esses que são desejos, vontades...?

Diego: Ah, eu quero uma casa que não seja no morro.

Letícia: Por que?

Diego: É muito difícil morar lá. Muito mesmo. Subida, descida, tudo longe... Só dá pra ir de ônibus ou de Uber. Até seria bom se eu tivesse um carro, mas não tenho.

Sôr: Uma vez eu visitei a casa de uma colega sua que também mora no morro. E a vista lá do alto do morro era muito linda.

Menino E: Eu também moro no morro, Sôr. Minha tia quando vai lá sempre tira fotos. De noite, é muito lindo, dá pra ver todas as estrelas do céu.

Letícia: Estou aqui imaginando como deve ser o pôr-do-sol visto de lá.

Diego e Menino E, juntos: é muito lindo mesmo.

Diego: Estes dias eu vi o eclipse.

Menino E: Sabe que agora lá onde eu moro está mais tranquilo, porque os traficantes foram pro outro lado do morro.

Sôr: Estou aqui pensando no que Diego falou e talvez o problema não é ter uma casa no morro, mas sim a falta de investimentos do poder público que faz com que a vida no morro, muitas vezes, seja bem difícil. O que vocês acham?

Diego: Sim, Sôr. É verdade.

Menino E: É Sôr. Sabe que os políticos só vão no morro quando tem eleição, querem os votos das pessoas que moram lá e fazem mil promessas. Depois nunca mais aparecem.

**

Menino E: Acho que já sei quais são meus sonhos: que acabe o tráfico e que tenha paz no morro. Eu não dou muita importância para as coisas materiais, tipo coisas de marca. A minha mãe até fica me dizendo que não é porque eu moro no morro que não preciso me arrumar.

**

Sôr canta: o sonho bom, sonho de muitos... Sonho que se sonha só pode ser pura ilusão. Sonho que se sonha juntos é sinal de solução. Então, vamos sonhar, companheiros, sonhar ligeiro, sonhar em mutirão.

**

Diego: Letícia, quando tu realizar os teus sonhos tu vai parar de sonhar?

Meus olhos encheram de lágrimas com esta pergunta. Além da emoção de estar encerrando um ciclo de encontros presenciais possíveis no SCFV, também pela grandiosidade das inquietações de Diego e de Menino E. Acontecimento poético.

Naqueles instantes entre a pergunta de Diego e a minha resposta, pensei nos meus privilégios de ser incentivada a sonhar desde miúda, sem nunca ter ouvido que determinado sonho não seria para mim. Já tive sonhos realizados e muitos mais a sonhar. E sempre pensei que se “meu quintal é maior do que o mundo” (Manoel de Barros, 2015, p. 149), meus sonhos também são.

Minha resposta à Diego, em poucas palavras: “*terei novos sonhos*”.

Suspiro. E este encontro ainda reverbera em mim...

...

Nunca me sonharam é o título do documentário¹⁷ que retrata a realidade das juventudes das escolas públicas brasileiras e os desafios enfrentados no tempo presente de forma a terem expectativas para o futuro e, com isso, o direito de sonhar. Se ali, um estudante diz “nunca me sonharam advogado, nunca me sonharam médico”, o que diria Menino E, Diego, Azulão, Aurora, Rosa, Astronauta Marinho, Rouxinol e Canarinho?

Nunca me deixaram sonhar, só me sonharam jogador de futebol, nunca me sonharam não sendo bandido, nunca me sonharam fora da vila, nunca me sonharam com paz no morro. Palavras imaginadas por mim, numa escuta de aprendiz-cartógrafa porosa às microssensibilidades cotidianas, que nas sutilezas dos encontros com as crianças fui tentando e aprendendo a escutar a cor dos passarinhos.

Pelo direito de sonhar, talvez seja uma das pistas à interrogação feita por Luiz Simas e Luiz Rufino (2020, p. 15): “como responder com vida a um sistema de desencanto?”.

Um sistema de desencantos que produz uma vida difícil no morro, uma quase impossibilidade de sonhar, torna o horizonte como um privilégio que somente alguns conseguem ver. “O desencantamento às vezes aniquila, às vezes aquebranta, lançando-nos em uma contínua perda de vivacidade que imobiliza e tampa nossos ouvidos ao canto do pássaro dos sonhos” (Luiz Simas e Luiz Rufino, 2020, p. 16).

Sob a ótica e ética de saberes ancestrais, Luiz Simas e Luiz Rufino (2020, p. 11) apontam que o “desencantamento diz sobre as formas de desvitalizar, desperdiçar, interromper, desviar,

¹⁷ Documentário brasileiro lançado em 2017, dirigido por Cacau Rhoden e produzido por Maria Farinha Filmes. Disponível na plataforma Videocamp, pelo link: <https://www.videocamp.com/pt/movies/nuncamesonharam>

subordinar, silenciar, desmantelar e esquecer as dimensões do vivo, da vivacidade como esferas presentes nas mais diferentes formas que integram a biosfera”, nos convocando às reflexões ao utilitarismo do mundo e a falta de conexão com a natureza.

No mesmo sentido, Ailton Krenak (2019, p. 15) afirma que o “nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. [...] Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos”.

Boaventura de Sousa Santos (2020), ao refletir sobre a pandemia do coronavírus, destaca que a humanidade deve assumir uma posição mais humilde no planeta que habita, que considere a natureza e outras vidas existentes no planeta, sendo necessário uma virada epistemológica, cultural e ideológica neste sistema de desencantos para que haja continuidade da vida humana. O autor também pontua a existência de zonas de invisibilidade estruturadas pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, que produzem sombras e ausência de comoção e que essas “zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela” (Boaventura de Sousa Santos, 2020, p. 9).

Guadalupe Tomazzoli (2017, p. 126) dizia que “na janela tem muita coisa acontecendo. Coisas despercebidas e silenciosas, esperando serem janeladas e pescadas com nosso olhar”. “Da minha janela” é o título do livro infantil que lemos durante o encontro de restituição, aquele de despedida [que já lhes contei]. Um livro que conta sobre um menino e o que ele vê quando abre a janela da sua casa, que fica localizada na favela. Numa das passagens, o menino diz: “Da minha janela escuto sons que me deixam muito triste. Às vezes não posso ir para a escola, às vezes não posso jogar bola lá fora” (Otávio Júnior, 2019, s/p).

Abrir a janela, as cortinas e os vidros que podem criar dificuldades à visão. Janelar. Tentativas feitas nesse encontro de reflexões e de constatação de que falamos desde uma posição privilegiada de conseguir ver o horizonte da própria janela, para além de todas as durezas e mazelas escancaradas ao tentar olhar além dela.

João Biehl (2021, baseado em Ailton Krenak, 2020; Adriana Petryna, 2015, 2017, e Albert Hirschman, 1971) propõe que, por uma ética do cuidado e desde este lugar de privilégios, possamos horizontalar ou prospectar horizontes.

Horizontalar pode nos ajudar a imaginar como desenvolver capacidades humanas e institucionais que transcendam a repetição da história oficial e que ajudem a defender, num espírito de abertura política radical, o que o saudoso economista e humanista Albert Hirschman (1971, p. 37, tradução minha) chamava de ‘o direito inalienável de cada pessoa e nação a um futuro não projetado’ (João Biehl, 2021, p. 348).

Janelar, horizontal, sonhar. O que se pode em um sistema de desencantos que produz zonas de invisibilidade, silenciamento, com narrativas universalizantes e histórias únicas? Uma das pistas de João Biehl (2021, p. 348) é “escutar, contar e criar outras histórias”.

Menino E, Diego, Azulão, Aurora, Rosa, Astronauta Marinho, Rouxinol e Canarinho têm muitas outras histórias. Para contar, para sonhar, para viver, para horizontalizar.

Diego sonha com uma casa que não seja no morro, mesmo que ali ele veja todas as estrelas no horizonte. Soube que no seu morro, uma comunidade quilombola de Porto Alegre, a cada chuva, há um grande risco de desmoronamento. E ele, assim como sua casa, pode realmente cair. Não que não seja possível levantar, afinal sabemos que a resistência nas comunidades periféricas acontece, historicamente, nos levantes coletivos.

Para Menino E, parece difícil sonhar lá do alto do morro. Da sua janela vê os *corres*¹⁸ da vila, o movimento da polícia, os guris do tráfico, e precisa andar arrumado para não ser confundido com um. Parece ser esta uma das preocupações da sua mãe.

Uma preocupação real, pois segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, ao trazer dados sobre mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes no ano de 2020, “a partir dos 10 anos, mas ainda mais fortemente a partir dos 15 anos, o perfil das vítimas se torna predominantemente de pessoas negras do sexo masculino” (Sofia Reinach, 2021, p. 232), com aumento da letalidade por intervenção policial. É a materialidade da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença de raça, gênero, classe e território, como apontado por Carla Akotirene (2019), que escancara que os meninos, negros, pobres e da periferia são os principais alvos das diferentes violências que assolam o Brasil, dentre elas a violência policial.

Achille Mbembe (2016, p. 146) desenvolve o conceito de necropolítica - “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” - que nos ajuda a entender as dinâmicas de uma racionalidade soberana e colonial que produz políticas de morte, ditando quais são os corpos que podem viver e quais devem morrer, criando, assim, mundos de morte e inimigos ficcionais que podem ser exterminados a qualquer custo e a qualquer momento. Ao falar sobre a ocupação colonial contemporânea, Achille Mbembe aponta para a centralidade da raça e do racismo que estruturam a submissão de determinados corpos ao poder soberano que define “quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (Achille Mbembe, 2016, p. 135).

¹⁸ *Corres*: movimento da vida na vila, ir e vir, sobe e desce o morro, toque de recolher, movimento na boca de fumo, social na casa do vizinho.

Uma política que atravessa as forças estatais e atinge pessoas-alvo. Um tanto de pessoas que se tornam estatísticas, mas que não são números. São vidas.

O acesso a direitos civis, os mais fundamentais, é tão regulado por marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, idade, deficiência), que tais representações sociais legitimam mortes, majoritariamente de jovens negros e pobres como se não houvesse direito a não-discriminação, à vida e à integridade física no país. Existe reconhecimento formal dos direitos civis, políticos e sociais destes grupos na letra da lei, mas o abismo entre a formalidade legal expressa no papel e a efetivação real de tais direitos permanece imenso (Samira Bueno, David Marques e Dennis Pacheco, 2021, p. 68).

Pessoas-alvo. Alvo de uma política de morte que escolhe raça, classe, gênero, lugar. “Somos matáveis, enquanto deveríamos ser apenas amáveis”, grita em palavras a poeta Danielle Magalhães (2019, p. 10).

Neste contexto, há histórias de crianças que são difíceis de virar poesia. Tendem a virar manchetes de jornais, embora sejam histórias que nem deveriam existir. E o encontro com elas dói. É o peso das lagrimzinhas, como fala Dostoiévski citado por Svetlana Aleksievitch em seu livro com relatos de sobreviventes que, quando crianças, testemunharam a Segunda Guerra Mundial.

No passado, Dostoiévski fez a seguinte pergunta: e será que encontraremos absolvição para o mundo, para a nossa felicidade e até para a harmonia eterna se, em nome disso, para solidificar essa base, for derramada uma lagrimzinha de uma criança inocente? E ele mesmo respondeu: essa lagrimzinha não legitima nenhum progresso, nenhuma revolução. Nenhuma guerra. Ela sempre pesa mais. Uma só lagrimzinha... (Svetlana Aleksievitch, 2018, p. 4).

Da Segunda Guerra Mundial 1939-1945 ao Brasil 2021. Lagrimzinhas que escorrem há décadas e escancaram histórias de vidas marcadas pela violência de um Estado racista e opressor, pela violência de gênero, sexista e patriarcal, que afeta crianças, adolescentes, jovens, famílias.

É difícil ficar submersa em sonhos, Pucheu, quando somos inundadas por vulcões de lagrimzinhas e notícias devastadoras: Miguel, 5 anos, morreu após cair do alto de um prédio ao ter a porta do elevador aberta pela patroa de sua mãe; Ana Carolina, 12 anos, estuprada e morta pelo vizinho; Agatha, 8 anos, morta com um tiro da polícia enquanto passeava com sua mãe; João Pedro, 14 anos, morto a tiros pela polícia dentro de sua casa; três crianças e uma professora são assassinadas por um jovem que invade a escola de educação infantil; duas crianças indígenas yanomami mortas, sugadas por uma draga da exploração ilegal de minério no Rio Parima; menina yanomami de 8 anos, com 12,5 kg, acometida por malária, pneumonia, verminose e desnutrição; Lucas, Alexandre e Fernando, de 9, 11 e 12 anos, assassinados por

traficantes da sua comunidade; primas Emily, de 4 anos, e Rebeca, de 7 anos, mortas com um tiro de fuzil enquanto brincavam na porta de casa.

Destas poucas que mencionei, mas que representam muitas, a maioria são crianças negras, corroborando com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, trazido anteriormente.

Renato Nogueira (2020, 2021) nomeia de necroinfância o dispositivo da necropolítica que tem como objeto as crianças negras, destituindo-lhes a vida e produzindo “crianças matáveis”, “crianças que nascem com um alvo no peito”, “crianças invisíveis”, “crianças violáveis”. O autor nos convoca à urgência de um pacto político-social pela vida das crianças negras, tendo em vista “os assassinatos e os diferentes tipos de violências de que são vítimas, o alto número de desaparecimentos de crianças negras, a situação de rua que elas protagonizam, além da desigualdade no acesso à escolarização e a serviços de saúde” (Renato Nogueira, 2021, s/p). Necroinfância parece nos falar muito de crianças executadas que urgem serem escutadas.

Há que se fazer um pacto, sim, para que lagrimzinhas de crianças não sejam de dor ou de desespero. Bom seria se fossem apenas de chorar de tanto rir.

Para Conceição Evaristo (2017, p. 84), contudo, essas lagrimzinhas são poesia, não apenas manchetes de jornais. Poesia denúncia.

*“E pedimos
que as balas perdidas
percam o nosso rumo
e não façam do corpo nosso,
os nossos filhos, o alvo”.*

Para Maya Angelou (2018, s/p) também. Ela subverte os medos cotidianos do racismo em poesia-coragem.

*“Na escola nova,
um pesadelo
meninos puxam meu cabelo
(meninas imbatíveis
de cabelos crespos
incríveis)
ELES NÃO ME ASSUSTAM NADA”.*

Pode ser um bom jeito para Diego responder ao tema da disciplina de português que buscou impresso na escola: escolha três monstros e escreva por que tem medo deles. As opções

apresentadas em figuras xerocadas numa folha: drácula, frankenstein, fantasma, coringa, lobisomem, e alguns outros mais. Quando Diego me pediu ajuda com este tema dizendo não saber quais escolher, demorei instantes na sua indecisão. Já há tantos monstros reais que estes da lista não assustam nada, pois não?

Como garantir além de coragem, imaginação, invenção, o direito de viver e de sonhar às crianças que têm marcadores alvos inscritos em seus corpos? Como garantir a Diego, Menino E, Azulão, Astronauta Marinho, Rosa, Aurora, Rouxinol e Canarinho, e a outras crianças da periferia, das vilas, do morro, que das suas janelas possam ver o horizonte e sonhar um futuro?

Nas tessituras dessa escrita-manifesto à importância do olhar ao tempo presente, o tempo da intensidade e da oportunidade – aión e kairós –, das experiências do aqui e agora, da realidade atual vivenciada pelas crianças, da ética da infancialização e da potência do criança, há de se refletir sobre o tempo da pandemia, aliado à brutalidade capitalística e à necropolítica, que temos na ordem do dia, nas manchetes dos jornais, e como impactam a vida das crianças.

Ao longo do ano de 2020, foi difícil imaginar as crianças sem o encontro com as professoras, educadoras, colegas, amigos da escola e do SCFV. Distantes das poéticas públicas, das possibilidades de encontros potentes com as políticas públicas (Amanda Cappellari, 2019), das apostas micropolíticas que se fazem nestes encontros. Passamos a fazer *escutação* das histórias de um tempo pandêmico quando as crianças se reaproximam fisicamente dos serviços e transbordam os acontecimentos da vida em palavras, pois eles já não se sustentam apenas na memória.

Menino E conheceu o pai na pandemia. Já se falavam pelo facebook. Me contou que seu pai é branco e que sua mãe é parda. Diz que se parece mais com o pai. Para Rosa, foi difícil fazer os trabalhos da escola durante a pandemia, pois não tinha internet. Menino E, Azulão, Diego, Aurora, Rouxinol e Canarinho também não tinham. Rosa e Azulão se mudaram de cidade, mas logo voltaram para Porto Alegre, pois na outra foi difícil para os pais encontrarem trabalho e aqui recebem bastante doações. Azulão conheceu o mar no verão, foi para a praia com uns amigos. Rosa me disse que seu sonho é conhecer o mar. Aurora teve uma experiência diferente na virada de ano. Seus primos fizeram uma festinha e seu tio lhe deu espumante para beber. Disse que gostou. Seus irmãos Rouxinol e Canarinho estouraram bombinhas na chegada do novo ano. Acha que não tem perigo nisso. Aurora foi morar no abrigo. Rouxinol e Canarinho estão treinando para fazer gol de bicicleta. Diego presenciou o pai bater no irmão, acha que aconteceu porque o irmão é gay. Rosa quer muito fazer a vacina do coronavírus, pois entende que todo mundo precisa receber a vacina para a pandemia acabar. Astronauta Marinho tem ficado sozinho em casa enquanto os pais vão trabalhar, mas às vezes vai junto vender água no

sinal. Azulão disse que gostava da ideia de não ir para a escola, pois sobrava mais tempo para brincar. Diego queria saber quantas pessoas tem no mundo hoje, pois muitas morreram pelo coronavírus.

As manchetes de jornais dizem que crianças têm menos chances de serem contaminadas e de adoecerem pelo coronavírus do que a população adulta, embora as menores de 2 anos tenham mais chance de morrer do que as demais¹⁹. Entretanto, nos primeiros meses da pandemia, as desigualdades sociais já apontavam que a realidade das crianças indígenas era diferente, pois tinham 10 vezes mais chances de morrer ao serem contaminadas do que outras crianças²⁰. Cabe destacar que os dados atuais²¹ mostram que do total das crianças que morreram pelo coronavírus, mais da metade são negras, corroborando com a desigualdade racial da pandemia apontada em outras pesquisas²². Um tanto de crianças que se tornaram estatísticas, mas que não são números. São vidas. São histórias.

Apesar dos dados apontarem para o fato das crianças adoecerem menos pelo coronavírus, sabemos que a pandemia afeta suas vidas de outros modos que atravessam seus corpos para além da saúde física. Isabel Brandão (2021), Márcia Buss-Simão e Juliana Lessa (2020) trazem alguns impactos sofridos pelas crianças, como o isolamento social que provocou o afastamento dos familiares, da rede de apoio, das escolas; muitas não tiveram a garantia da possibilidade do isolamento social e dos cuidados sanitários preconizados; a perda econômica nas famílias, que fez aumentar a pobreza, o trabalho infantil, a insegurança alimentar; a dificuldade no acesso ao ensino e a consequente evasão escolar; a morte de familiares, em que muitas crianças ficaram órfãs; rupturas nas interações sociais; aumento das violências domésticas e intrafamiliares, com diminuição das denúncias.

¹⁹ Fiocruz analisa dados sobre mortes de crianças por Covid-19. Notícia disponível no link: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-analisa-dados-sobre-mortes-de-criancas-por-covid-19>

²⁰ MILHORANCE, Flávia. Jovens indígenas sofrem impacto mais agressivo do coronavírus que a média brasileira na mesma faixa etária. **National Geographic Brasil online**. 03 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/06/criancas-adolescentes-jovens-indigenas-morte-coronavirus-pandemia-covid-19-xingu>

²¹ Brasil é o 2º país com mais mortes de crianças por covid. Notícia disponível no link: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,sem-escolas-e-sem-controle-da-pandemia-brasil-e-o-2-pais-que-mais-perdeu-criancas-para-a-covid,70003738573>

²² LIMA, Márcia *et al.* Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a pandemia encontra no Brasil? **Informativo Desigualdades raciais e Covid-19**. São Paulo: Afro – Núcleo de Pesquisa sobre Raça, Gênero e Justiça Racial, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Afro – Cebrap), outubro de 2021. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Afro_Informativo-1_final_-2.pdf
MARINHO, Maria Fatima *et al.* Racial disparity in excess mortality in Brazil during COVID-19 times. **European Journal of Public Health**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckab097>

Uma pandemia que escancara as desigualdades sociais e os abismos já existentes no Brasil. O sucateamento das políticas públicas, a má gestão do combate à pandemia e a precarização de determinadas vidas são retratos da necropolítica e mostram a falácia da metáfora de que estamos todos no mesmo barco, usada por muitas pessoas para dizer que todos seriam igualmente afetados pela crise sanitária global da Covid-19. Há pessoas que estão em navios e iates, outras em jangadas e barquinhos de madeira, umas não tem barco e nadam contra a correnteza, e algumas, já se afogaram. Às vezes, a sensação é de estar no mar à deriva, como aquele medo imenso do Astronauta Marinho.

Conceição Evaristo (2017, p. 11) diz: “Sou eternamente naufraga, mas os fundos dos oceanos não me amedrontam e nem me imobilizam. Uma paixão profunda é a boia que me emerge”. Ao ecoar vozes de mulheres negras, a autora traz à tona o racismo estrutural que, segundo Silvio de Almeida (2018, p. 25), é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Diego entendia bem sobre isso. Me contou que dava para perceber que os árbitros de futebol dão mais cartão vermelho para os jogadores negros²³ e que o Beto só foi morto no Carrefour²⁴ porque era negro. Mesmo que não nomeie de racismo estrutural, seu corpo sabe o que é. Também sabe do isolamento social que sua comunidade quilombola vive no alto do morro, mesmo antes da pandemia. Então, retorno à pergunta: quando se fala que as crianças são o futuro da nação, a quais crianças se direciona o olhar, as expectativas de futuro e o direito de sonhar?

Manoel de Barros (2010, p. 172) conta que um “homem tinha sido escolhido, desde criança, para ser ninguém e nem nunca. De forma que quando se pensou em fazer alguma coisa por ele, viu-se que o caso era irremediável e escuro”.

Manoel e Diego me lembram que eu, você, nós, pessoas brancas, estruturadas na branquitude, somos historicamente quem tem o poder de escolher e não escolher histórias, tendo em vista que o racismo estrutural privilegia pessoas brancas (Grada Kilomba, 2019), que não

²³ Esta conversa com Diego aconteceu dias após o jogo de futebol entre Paris Saint Germain e Basaksehir, onde o jogador camaronês Webó recebeu um cartão vermelho, entendido como um ato racista. Notícia disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/liga-dos-campeoes/noticia/uefa-suspende-cartao-vermelho-recebido-por-webo-na-partida-entre-psg-e-basaksehir.ghtml>

²⁴ Diego se refere ao crime ocorrido no supermercado Carrefour de Porto Alegre, em 20/11/2020. Notícia disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/video-mostra-homem-sendo-e-espancado-por-segurancas-do-carrefour-no-rs.htm>

se veem como racializadas e sim como sujeitos universais e superiores (Lia Schucman, 2012), onde “o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação” (Maria Aparecida Bento, 2014, p. 30).

O Diego, este que encontrei no SCFV, tem um tanto da história de outro Diego, contada por Eduardo Galeano (2020, p. 15), que era um menino que não conhecia o mar e quando o viu, “foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai, me ensina a olhar!”. Aqui, na nossa história, o pedido de Diego é outro: “Ei, você, faça algo para que eu consiga olhar o horizonte!”. Outros. Pelo direito de sonhar e de ser sonhado. Pelo direito de viver a potência de ser criança e criança. Pela possibilidade de janelar e horizontar.

Enquanto pesquisadoras e profissionais, operadoras das políticas públicas, nesta pesquisa com o recorte da política de assistência social, há que se descolonizar o olhar e a escuta, desaprender o racismo, fazer algo desde o nosso lugar social. Donna Haraway (1995, p. 30) argumenta “a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação”, pontuando que a perspectiva parcial e localizada requer responsabilidade “tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos” (p. 21).

Destacamos que o lugar da assistência social, no contexto das infâncias, se configura historicamente em intervenções às crianças abandonadas, em situação de rua, na gestão e tutela daquelas em risco e potencialmente perigosas, chamadas de menores até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (Lílian Cruz, Betina Hillesheim e Neuza Guareschi, 2005). Neste sentido, é necessário refletir sobre os encontros e desencontros da psicologia com os territórios de intervenção da PNAS, que podem ser permeados pela sensibilidade, pelos vínculos, pelo afeto, sensíveis ao cotidiano da vida, pela *escutação*, mas também podem ser facilmente constituídos numa relação salvacionista, de lógica colonial, que impõe modos de vida na busca por civilizar e educar (Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro, 2018).

Nosso aparato psicológico para a intervenção psicossocial não é inocente na produção da vida ou da morte nesses territórios. Pelo afastamento total ou pela aproximação arbitrária e prescritiva, pelo desconhecimento de sua especificidade ou por nos permitirmos afetar por ela, participamos ativamente da construção ou do enfrentamento dos preconceitos, das vulnerabilidades ou potencialidades, da patologização ou da saúde (Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro, 2018, p. 63-64).

Você é do tamanho dos seus sonhos, frase que encontro no caminho até chegar ao SCFV, desenhada na parede de um serviço da assistência social. Uma ilustração de que nossas

intervenções podem ser contraditórias e é preciso *escutação* e descolonização do olhar e do pensamento para perceber. O incentivo aos sonhos com uma frase motivacional carrega o peso da individualização do sucesso e da culpabilização do sujeito por um possível fracasso, descolando as possibilidades de sonhar e de realizar seus sonhos das expressões da questão social e das intersecções dos marcadores sociais da diferença, que podem dificultar e limitar acessos aos bens e serviços do capitalismo, facilmente direcionando a lógicas e discursos da meritocracia.

...

Permita-me uma brecha para uma lembrança. Um rastro que permanece desde o início da pesquisa, quando catava pequenices e sutilezas para compor o projeto da pesquisa e me aproximar do campo.

Numa manhã cinzenta do inverno pandêmico de 2020, encontrei com uma profissional que trabalha na assistência social em Porto Alegre há mais de duas décadas e que acompanhou de perto a história do SCFV neste município.

Ela é daquelas pessoas que o olhar brilha quando fala de algo que realmente acredita. Me contou que tinha sido incluída há pouco em um grupo de *WhatsApp* onde estão algumas pessoas que frequentaram o SCFV em que ela trabalhou no fim da década de 90. Antes da PNAS, o SCFV tinha outros nomes: SASE, Projeto Girassol e Sinal Verde, onde um dos principais objetivos era reduzir os “meninos de rua”, as “crianças na sinaleira”. No grupo de *WhatsApp*, histórias dos velhos tempos, memórias afetivas... Independente do seu cargo ou formação universitária, ela era a *sôra*. Por mais que palavras de agradecimento perpassam as falas deles para a *sôra* – compreensível, tendo em vista que a caridade e o assistencialismo fazem parte da história da consolidação da PNAS, que por vezes ainda é entendida como tal, invés de uma política pública de garantia de direitos – o que é motivo de seus suspiros emocionados é quando, neste reencontro virtual, uma das pessoas testemunha: *lá eu fui respeitada por ser quem eu era*.

Ali, naquele dia, entendi que *sôra* falava de uma persistência revolucionária da poética pública. Falava da potência do coletivo. Falava de paixões alegres, de bons encontros. Falava de *escutação*. E falava, também, de poesia, como aquela construída no cotidiano de uma disciplina de mestrado.

*“por uma persistência revolucionária do amor
 insistir é preciso
 navegando
 vagando
 abrindo água na água
 criando gestos incompletos de agarrar as ondas com as mãos”*
 (Políticas do Texto V, 2020, p. 65).

...

Quais os resquícios de uma pandemia na vida das crianças do SCFV? Quais vivências são possíveis de virarem palavras? Quais permanecem inscritas em seus corpos, mas que precisam um pouco mais de *escuta* para transbordar?

Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 15) destaca que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros” e designa o Sul como um espaço-tempo político, social e cultural, como uma “metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual”. Apesar do autor não nomear as crianças como um grupo específico que compõe esse Sul da pandemia, compreendemos que elas estão em todos os grupos descritos por ele, afetadas pelas suas condições enquanto mulheres, trabalhadores precarizados, moradores das periferias pobres das cidades, a população de rua, os refugiados e imigrantes, as pessoas com deficiência, os idosos.

A pandemia vivida por Diego, Menino E, Azulão, Astronauta Marinho, Rosa, Aurora, Rouxinol e Canarinho e tantas outras crianças do SCFV que não encontrei no espaço-tempo possível para essa pesquisa de mestrado, ainda reverberará nos encontros com as educadoras, a cozinheira, a coordenadora, as professoras da escola, a psicóloga do CRAS, do CREAS, do Ação Rua. Reverberação que precisa da escuta para tornar-se acontecimento, acolhimento.

Mercês Ghazzi (2020) propõe pensar as infâncias como um território, sustentadas por uma rede de linguagem que é ofertada pelos pais, pelos familiares, pela escola, pela comunidade, pelos amigos, na praça, na rua, no jogo, nas brincadeiras, e que é neste território, “composto de um interno/externo que a criança vai se constituindo como sujeito de seus desejos, marcando suas características pessoais, armando seu corpo e sua imagem” (2020, s/p), onde também busca espaços de reconhecimento enquanto sujeito – para simbolizações, escuta, alívio de tensões, revelações.

Quase dois anos depois do início da pandemia no Brasil, mesmo com o retorno das atividades presenciais em escolas e SCFV e com a iminência da vacinação das crianças, ainda somos assombrados cotidianamente pelas novas variantes do vírus. Portanto, ao pensarmos em perguntar, futuramente, sobre a pandemia às crianças, permanece sendo necessário nos perguntar hoje sobre como elas estão vivendo o momento atual (Mercês Ghazzi, 2020). Mesmo com a possibilidade de reaproximação de seus territórios existenciais, é fundamental refletir sobre quais os jeitos que as crianças têm encontrado no tempo presente para serem reconhecidas e como nós, adultos, temos contribuído (ou não) para reconhecê-las com sentimentos, com formas próprias de simbolizar e expressar medos e angústias frente ao vírus, ao adoecimento, à morte. Afinal, as crianças seguem ouvindo sobre “contaminação, transmissão, contágio, sintomas no corpo, Coronavírus, uso obrigatório de máscara, álcool gel, mortes, nomes de drogas medicinais. (...) febre, a dor no corpo, a dor de cabeça, dor de garganta, a tosse e a falta de ar” (Márcia Buss-Simão e Juliana Lessa, 2020, p. 1435-1436). E, além disso, seguem vivenciando a pobreza, a escassez econômica e alimentar nas famílias, as violências territoriais e domésticas.

Mercês Ghazzi (2020, s/p) arrisca saídas para a clínica, que ousa transpô-las aos serviços públicos, como poéticas políticas da sobrevivência ao coronavírus e pistas para a *escutação*:

a oferta de um espaço para que o traumático deste evento se transforme em palavras, em rabiscos, em desenhos, dando nome à angústia que marca e marcará a memória deste tempo que habitamos, tempo em que estamos todos, sem exceção, frente ao vazio, à falta de explicação e à morte.

Há pistas para o SCFV, que encontramos em documentos orientadores (Brasil, 2017b), escritas antes da pandemia e que sustentam que o SCFV é lugar de acolhimento, de afeto, de *escutação*: escuta, em que há “interesse na história e apreço pelo trajeto vivido pelo sujeito que narra, busca dos motivos e não das justificativas, busca do entendimento e não do julgamento sobre as situações” (p. 56); valorização, como “estratégia que considera as questões e problemas do outro como procedentes e legítimos” (p. 57); reconhecimento dos limites e das possibilidades das situações vividas por si e pelos outros; experiência de reconhecer e nomear suas emoções, buscando aprender sobre os sentimentos, afetações, disparadores de sensações negativas e intensas.

É sempre tempo para criar brechas e janelar, horizontalizar, infanciar, criar. Cabe-nos, enquanto pesquisadoras e profissionais, reconhecer nosso lugar social, nossa perspectiva de olhar, nossos privilégios, e produzir jeitos possíveis, micropolíticos, nas brechas, nas frestas, nas rachaduras, para responder ao pedido de Diego: “Ei, você, faça algo...”.

6. Delirar o verbo: a (po)ética da *escutação*

Seu nome era Fide. A única coisa que minha mãe nos disse sobre ele foi que sua família era muito pobre. Minha mãe enviava inhames, arroz e nossas roupas usadas para sua família. E quando eu não comia tudo no jantar, minha mãe dizia: “Termine sua comida! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não tem nada?” Então eu sentia uma enorme pena da família de Fide.

Então, num sábado, nós fomos visitar a sua aldeia e sua mãe nos mostrou um cesto com um padrão lindo, feito de ráfia seca por seu irmão. Eu fiquei atônita! Nunca havia pensado que alguém em sua família pudesse realmente criar alguma coisa. Tudo que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres, assim havia se tornado impossível pra mim vê-los como alguma coisa além de pobres. Sua pobreza era minha história única sobre eles (Chimamanda Adichie, 2009, transcrição de vídeo).

É com Chimamanda que inicio o delírio verbal da *escutação*.

A *escutação* não é apenas uma palavra inventada, é uma tentativa ética-estética-política de delirar as reflexões sobre as possibilidades dos encontros com outros, outras, outres. É um jeito escolhido de deixar vivas as sensações, incômodos e interrogações proporcionados por um cotidiano de escuta a partir do trabalho como psicóloga social em um CRAS no município de Porto Alegre/RS, experiência vivida entre os anos de 2017 e 2019. Escuta de histórias: de vidas, de violações de direitos, de sonhos, de esperanças, de sofrimento, de raiva, de silêncios, de desejos, das miudezas das relações.

Chimamanda Adichie (2009), ao falar do perigo de uma história única e contar da sua experiência com Fide, parece dizer um tanto das experiências vivenciadas na assistência social, em que é pressuposto escutar histórias e que, muitas delas, são contadas por outros que não os personagens principais. Judiciário, conselho tutelar, escola, unidade de saúde. Quando se trata de histórias de crianças, pelo viés da proteção integral e da garantia de direitos, há grandes chances da escuta ser perpassada por aquelas palavras fatídicas já mencionadas aqui: risco, violência, negligência.

A *escutação* não é isenta, não é neutra, é atravessada pelo silêncio, pelos afetos, pelo lugar social ocupado por quem escuta. É construída numa relação de corpos, de saberes, de poderes e, assim como o conhecimento, a *escutação* também pode ser patriarcal, colonial, capitalista, eurocêntrica, racista e sexista (Ramón Grosfoguel, 2016).

“A moça me contou uma vez que tinha encontros diários com as suas contradições” (Manoel de Barros, 2018, p. 46). Fazer *escutação* diz da responsabilidade com este encontro e da necessidade de perceber, acompanhar e interrogar os processos subjetivos e sociais que transversalizam a escuta e o corpo de pesquisadora, escutadora, psicóloga, educadora... Lembremos que ouvir é diferente de escutar: estamos somente ouvindo ou conseguimos escutar (o outro, o mundo, a si mesma)? Rubem Alves (2001) dizia que interessante seria um curso de

escutatória. Manoel de Barros (2010) poetizou sobre os escutamentos de Bernardo, que via e ouvia inexistências. Aberturas aos interstícios de vozes e silêncios... Tentativas para, entre inúmeros sons, conseguir escutar o som e a cor dos passarinhos.

(Escutar)+(agir) = (Escuta)+(ação) = *escutação*.

É preciso delirar os verbos e não ver uma equação, afinal não se pretende aqui um resultado, como se *escutação* fosse algo universal. *Escutação* pode ser conceito, pode ser metodologia de pesquisa, pode ser ferramenta de trabalho. Um delírio verbal inspirado nas provocações poéticas de Manoel de Barros (2010, p. 301). “O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos. A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira”.

Escutar, segundo Esther Arantes (2012, p. 91-92)

é se deixar afetar pelos ruídos e barulhos do mundo. [...] Para escutar, como se deve, para que a alma acolha a palavra que lhe é endereçada, é fundamental uma economia dos gestos e palavras, um silêncio ativo e um certo recolhimento, que se opõem à tagarelice.

Rubem Alves (2004, s/p), dizia que “amamos não a pessoa que fala bonito, mas a pessoa que escuta bonito. A escuta bonita é um bom colo para uma criança se assentar...”.

Psicólogas e psicólogos sabem que somos atravessados, desde a formação universitária, pela necessidade de sermos bons escutadores e que muito incentiva-se ao aprimoramento da escuta para que ela seja uma técnica capaz de “desvelar as essências e verdades verdadeiras escondidas nas dobras da alma, no riso dos palhaços, nas artimanhas dos malandros e nos delírios dos insanos”, como pontuam Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho (2012, p. 92). Isto já não seria um exagero de escuta?

Percorrendo pistas para a *escutação*, entendemos que agir [verbo que compõe a ação da *escutação*] é a efetuação de uma ética, um modo de viver no mundo, podendo ser, assim, uma prática atenta ao que está em jogo, uma estratégia de luta, um estranhamento ao instituído, uma análise da implicação com perguntas sobre o que reproduzimos e quem afetamos (Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho, 2012). “Nunca se escapa ileso do agir: agimos e somos agidos” (Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho, 2012, p. 33). Afinal, agir, ações, agitações são

modos como acompanhamos processos micropolíticos, que dizem respeito ao modo como (de)compomos nossas práticas nas relações com o mundo e com a produção de subjetividade. Agir é um movimento encharcado de sentido. Para além da pesquisa,

são forças que movem a vida (Alice de Souza, Gislei Lazzarotto e Julia de Carvalho, 2012, p. 33).

Juntar a potência destes dois verbos na tessitura de uma (po)ética da *escuta* aponta para pistas de um envolvimento do corpo todo, complexo, contraditório, social. Assim, para fazer *escuta* e não outra coisa, há que se considerar que, além da escuta, é preciso o olhar.

O olhar, um posicionamento da visão, uma perspectiva parcial, como apontado por Donna Haraway (1995, p. 24), que “privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver”. *Escuta* requer um olhar atento para si, para estranhar-se, reconhecer privilégios, perceber-se diferente do outro, enxergar o que estou sendo e reproduzindo no lugar que eu ocupo. Há sempre que se considerar ilusões de ótica, que podem ser causadas por lentes da branquitude, do racismo, do adultocentrismo, da cisheteronormatividade. Pode-se atentar a isto com algumas perguntas cotidianas: “Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual?” (Donna Haraway, 1995, p. 28). Cuidado, a *escuta* “nos torna responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21).

Escuta precisa de um certo tempo, nem que seja uma pausa para pensar ou uma brecha na correria do dia a dia, pois pressupõe um dar-se conta da brutalidade capitalística que vivemos e que nos coloca a viver em um modo automático, por vezes sem tempo para escutar, olhar, perguntar. Luiz Simas e Luiz Rufino (2020, p. 17) pontuam que “ao encapsular o tempo na dimensão do relógio e dos ritmos da produção e do consumo, restringindo a vida a uma funcionalidade utilitarista e comunicada, somos destituídos de vivacidade e nos tornamos mais uma peça de uma engrenagem”.

No contexto das políticas públicas, não apenas na assistência social, este tempo é tomado pelo tanto de demandas, acentuadas pela precarização das condições de trabalho e pelos desmantelamentos e desinvestimentos do governo. Com isso, imagino as trabalhadoras da ponta [aquelas que estão lá no cotidiano do serviço e do território] me falando assim: “A gente bem quisera escutar o silêncio do orvalho sobre as pedras” (Manoel de Barros, 2010, p. 453), mas... Um “mas” que, às vezes, diz de um cansaço, da sobrecarga de trabalho, da falta de parceria na rede intersetorial, da desvalorização profissional, das dificuldades nos atendimentos, do próprio sofrimento emocional, da falta de espaços de formação. Pode dizer, também, de pouco exercício de perguntar-se, olhar-se, localizar-se. Pode ser, ainda, pedido por *escuta*.

É preciso encontrar brechas, como aquelas gramas e pequenas flores que crescem e transbordam na rachadura do concreto, para o silêncio, para algumas miudezas, pequenices, sutilezas, criançamentos. Assim, talvez, a *escutação* aconteça.

Ana Heckert (2007) problematiza os modos de escutar. Baseada em Luis Baptista (1999, 2000), a autora pontua que há uma escuta ligada às práticas que ouvem sem escutar, a uma técnica baseada em evidências, onde o profissional é o detentor de um suposto saber e coleta, analisa e interpreta sinais, dificuldades, problemas e necessidades dos sujeitos, com procedimentos guiados pela neutralidade, por naturalizações e generalizações.

São práticas que falam pelo sujeito, falam do sujeito, mas não falam com os sujeitos escutando e problematizando necessidades e projetos de vida [...]. Não se lembra do rosto e dos nomes dos usuários e dos profissionais, da cor dos olhos e da pele, dos cheiros, das rugas e cicatrizes (marcas do vivido), dos saberes e histórias (Ana Heckert, 2007, p. 208).

Por outro lado, há um modo de escutar que se aproxima de uma escuta-cuidado atenta às diferenças, que não objetiva apreender uma única realidade ou verdade do sujeito, mas abre espaço para outros modos de existência que estranham e questionam aqueles modos instituídos e banalizados, para a inclusão das necessidades dos sujeitos e para o “deslocamento da escuta do plano de um ‘eu’ que ouve outro ‘eu’, para colocá-la no plano dos encontros entre práticas, forças, movimentos [...]. Movimentos que criam paisagens por vezes suaves, por vezes endurecidas, por vezes mortificadoras” (Ana Heckert, 2007, p. 210-211).

A *escutação* é uma escuta-cuidado, uma ação-cuidado. É um modo de escuta, de ação, de olhar e de fala que, assim como ressaltado por Ana Heckert (2007), está engendrado em relações de saber e poder, onde preconceitos e naturalizações tornam-se inevitáveis e por isso entram na roda para análise e discussão, de forma que possam ter o tempo e o lugar para reflexão e reconhecimento, constituindo-se como “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (Donna Haraway, 1995, p. 23).

É necessário, portanto, atentar às macros e micropolíticas que nos constituem enquanto sujeitos, sejamos adultos, crianças, profissionais, usuários, pois “o que é privilegiado no processo de escuta, o que é desprezado, silenciado ou acolhido, diz respeito às implicações e aos encontros que se efetuam entre os sujeitos em questão” (Ana Heckert, 2007, p. 210).

A escuta[ção] se faz nos interstícios, entre vozes e silêncios, entre forças e formas, exercitá-la é nosso desafio (in)terminável, (im)possível, posto que é nas errâncias dos processos de formação [e de trabalho][e de pesquisa][e da vida] que a escuta se abre como arte, como modo de compartilhamento de experiências (Ana Heckert, 2007, p. 211 – grifos meus).

Escutação, essa escuta e ação cuidado, vai se tecendo, sobretudo, de um modo menor. Não aquele de caráter menorista que criticamos, mas aquele minoritário, do qual Gilles Deleuze nos falou. *Escutação* é escuta menor, opera em devir minoritário.

“Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 03). “O devir está sempre ‘entre’ ou ‘no meio’” (Gilles Deleuze, 1997, p. 11).

O devir minoritário da *escutação* é um acontecimento do encontro com outro, outra, outre; do que se passa entre-dois, em que há dupla captura - dos que escutam, dos escutados; pode ser silencioso, quase imperceptível, por isso nem sempre precisa ser nomeado em voz alta (assim: *ESTOU FAZENDO ESCUTAÇÃO!*). Não há modelo a seguir, ou receita para fazer melhor, nem jeitos certos ou errados.

Gilles Deleuze e Félix Guattari (1975/2017) tecem reflexões sobre uma literatura menor, onde busco inspirações para compreender as possibilidades de um devir minoritário da *escutação*. Os autores dizem que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1975/2017, p. 30) e apontam três características de uma literatura menor: a forte desterritorialização da língua; tudo é político, mesmo o caso individual que “torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela” (p. 31); tudo tem valor coletivo, tomando o “o lugar de uma máquina revolucionária porvir” (p. 32). Mesmo com a impossibilidade de critérios objetivos para definir esse caráter minoritário, os autores reforçam que é preciso instaurar de dentro de uma língua maior um exercício menor.

Servir-se do polilinguismo em sua própria língua, fazer desta um uso menor ou intensivo, opor o caráter oprimido dessa língua a seu caráter opressivo, achar os pontos de não cultura e de subdesenvolvimento, as zonas de terceiro mundo linguísticas por onde uma língua escapa, um animal se enxerta, um agenciamento se instala (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1975/2017, p. 43).

Busca-se, ademais, pistas para os começos e tentativas de um exercício minoritário em uma escuta maior. Pode ser, então, por reconhecer o que são os muitos *maiores* que nos atravessam, quais são os saberes e poderes engendrados na escuta que criam zonas de invisibilidade e silenciamento e como abrir brechas, rachaduras nas durezas históricas e estruturais. São exercícios cotidianos de descolonização do pensamento.

Gabriela Serfaty (2016) também buscou pistas para o exercício minoritário da escuta. A partir da sua experiência enquanto psiquiatra, a autora discute acerca do que é possível escutar

antes de submeter os pacientes às categorias diagnósticas da psiquiatria, que é atravessada pela necessidade de nomeação, medicalização e eliminação do sofrimento e propõe uma saída inventiva pela escuta menor como “uma tentativa de extrair do sofrimento sua potência de vida: aquilo que aparece como faísca de saúde e nos dá pistas para outros modos de existência” (p. 10).

Reflexões que se aproximam à psicologia, que apesar de circular entre a necessidade de uma escuta especializada e de destrinchar os não-ditos, e a perspectiva de saúde mental ampliada, ainda produz invisibilidades e silenciamentos de certos modos de adoecimento psíquico no contemporâneo. Neste sentido, Gabriela Serfaty (2016, p. 11) ressalta que “há algo no sofrimento que diz respeito à sua relação com um fora dentro de nós, uma dobra que advém das relações políticas, sociais, raciais, de gênero e religiosas”.

Escutação, uma escuta menor. Não é imprescindível nomear deste modo. Ela é acontecimento do encontro. É devir. “Os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 02). Sendo devir, sempre muda, tanto quanto a intercessora, interlocutora, escutadora, não as imita, mas inventa. Devir-minoritário, onde “através de cada combinação frágil é uma potência de vida que se afirma, com uma força, uma obstinação, uma perseverança ímpar no ser” (Gilles Deleuze e Claire Parnet, 1980/1998, p. 5).

Manoel de Barros (2010) atentava para a desimportância de algumas nomeações, quando contou sobre o homem que lhe disse: “Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada. Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa. Era uma enseada. Acho que o nome empobreceu a imagem” (p. 303).

...

Pausa para lhe contar sobre um lugar, que não é exatamente um lugar, onde também é possível fazer *escutação*.

Trabalhar no CRAS é trabalhar em rede e fazer redinha. Não só, mas isto é muita coisa. É rede intersetorial que são instituições e pessoas. Pessoas que tecem rede, que se emaranham na rede, que escapam da rede e, por vezes, sem querer ou sem escolha, vivem sem rede. Já redinha é reunião para falar de crianças e adolescentes que estão vivenciando alguma violação de direitos ou estão em situação de risco. Não tenho certeza se o diminutivo é para valorizar afetivamente ou para diminuir, mas sei que redinha pode ser onde começam a brotar exercícios minoritários por uma *escutação* coletiva.

No CRAS, só duas histórias, as mais importantes, poderiam ser escolhidas para serem contadas na redinha a cada mês. Difícil escolha. Se não sabemos medir a importâncias das coisas, quem dirá das histórias a serem escolhidas.

Escutação pode acontecer aí, subvertendo o tempo que parece não ser suficiente para as pautas da redinha, perguntando-se, coletivamente e individualmente: quais histórias são as mais escolhidas? Quais nos comovem mais? Quais os marcadores sociais interseccionam os corpos das pessoas de quem falamos e discutimos histórias? Quais modos de vida idealizamos, dentro dos nossos privilégios, e projetamos às crianças, jovens, famílias?

Redinha pode ser menor, embora tende a ser maior, haja vista que ali há psicólogas, assistentes sociais, conselheiros tutelares, professoras, educadoras sociais, estruturadas nas contradições de uma sociedade patriarcal, colonial, capitalista, eurocêntrica, racista e sexista.

...

A escuta menor está interessada nas luzes, histórias, vozes menores, na zona onde navegam as forças, as intensidades, os voos, as viagens silenciosas, isto é, os escapes de saúde. Uma escuta que não procura formatar uma identidade, mas conhecer as forças intrusas que habitam em nós (Gabriela Serfaty, 2016, p. 13).

Escutação é escuta+ação+olhar que escapam e resistem aos usos acostumados e acomodados dos ouvidos, da boca, dos olhos, das mãos que escrevem relatórios, dos pés que caminham nos territórios rumo às visitas domiciliares. Sobretudo, não é preciso ver, ouvir, falar, andar. *Escutação* se faz com o corpo que se tem, transita entre territórios físicos e subjetivos, dos jeitos possíveis e no tempo necessário, com todos os sentidos, não só os conhecidos.

6.1 Pistas, cartas, postais: rastros da *escuta*

A carta, descrita nas páginas a seguir, foi enviada por e-mail às profissionais participantes da pesquisa junto de um convite para o encontro de restituição, nomeado afetivamente de encontro de despedida.

A *escuta*, enquanto aposta ética-estética-política de um modo de fazer pesquisa sustentado no afeto e no cuidado com o campo, com as pessoas trabalhadoras e com as crianças, constituiu-se como um exercício cotidiano de reflexões acerca da minha própria constituição como mulher branca pesquisadora psicóloga cisheterossexual num contexto de pandemia e de necropolítica que escancaram nitidamente alguns privilégios simbólicos que me estruturam.

Encontrar as crianças e as pessoas trabalhadoras do SCFV Gianelli “G3” foi um respiro entre máscaras diante de tantas impossibilidades vividas na pandemia. Por isso, afirmar na carta e reafirmar na dissertação os afetos que transbordam a experiência da pesquisa é um manifesto contra às expectativas coloniais de se produzir ciência de um modo neutro, objetivo, universal, que objetifica os sujeitos e coloca a pesquisadora como dona de um suposto saber.

Concordo com Simone Hüning, Rosângela Cabral e Maria Ribeiro (2018, p. 64-65) que dizem:

Defendemos aqui que a potência do trabalho da psicologia na PNAS reside em permitir-se não saber e suportar conviver com a incerteza e a imprevisibilidade. Tal postura contraria as perspectivas hegemônicas da ciência que sustentaram em sua expertise a autoridade para explicar e propor soluções aos problemas que toma como objetos. Ao passo que nosso saber tem focado na vulnerabilidade do outro, não saber e não ter o que dizer constitui-se como condição para a aprendizagem de algo novo, que pode emergir da potência e da inventividade que caracteriza a própria possibilidade da vida nesses territórios. Vulneráveis, então, tornam-se nossas certezas e saberes.

Os transbordamentos do encontro de restituição/despedida, em forma de ideias, comentários, questionamentos, reflexões, compuseram a dissertação e ainda reverberam no campo dos afetos.



UMA CARTA À EQUIPE

Escrevo esta carta-afeto à equipe do SCFV. É uma pequena carta para dizer que o encontro com vocês foi alegremente transformador na vida desta psicóloga pesquisadora que viveu o mestrado na pandemia da COVID-19 mas não perdeu a esperança da possibilidade de uma pesquisa de campo próxima [mesmo distante] de crianças.

Quando fui sentindo o quão bem estava sendo recebida no SCFV, também sentia quase um pedido de ajuda: nos veja! Nos escute! Nos encontre! Senti que nosso encontro estava sendo um pingo de esperança no trabalho em políticas públicas que urge ser apoiado, valorizado, visto.

Em tempos sombrios da pandemia, vivi com vocês a angústia da espera pela vacina aos trabalhadores da assistência social e, além disso, a angústia em conseguir saber como as crianças estavam vivendo nestes meses de afastamento do espaço protetivo que o SCFV se propõe ser.

Espero que, por vezes, tenha sido confuso entender o meu papel enquanto pesquisadora de encontros. Que bom! Isto foi intencional. Explico: nesta pesquisa não se intenta (de)limitar quem é autora, quem é sujeito, quem é objeto ou desvelar problemas e revelar soluções. É uma pesquisa-encontro. Encontros com crianças, com trabalhadoras, com o dia-a-dia de um SCFV na pandemia. E há de se dizer que nos encontros há inesperados, há brechas para o que não foi planejado, espaços para problematizar as narrativas e discursos hegemônicos na sociedade e linhas para escrita de histórias e memórias. É, também, uma pesquisa *escutação*.

Escutação é um delírio verbal. Uma junção de verbos para ajudar a pensar em como escutamos as histórias das crianças e em como decidimos pela ação. A *escutação* não é isenta, não é neutra, é atravessada pelo silêncio, por nossos afetos, pelo contexto social e é construída nas relações.

Para fazer *escutação*, não basta só escutar e agir, precisamos também de outros sentidos: o olhar e a fala. Um olhar atento para si, para estranhar-se, reconhecer privilégios, perceber-se com uma história diferente do outro, enxergar o que estamos sendo e reproduzindo no lugar que ocupamos [por vezes, de autoridade como adultos - com tudo que isto significa]. Requer uma fala que seja localizada, que parta de um lugar que reconhece o que olha e o que escuta e não silencia a voz dos outros que estão nesta relação [outros que também são crianças].



No encontro com vocês, entendi de uma forma bonita como acrescentar na *escutação* o tato, o olfato e o paladar. E não digo só pelo cheirinho vindo da cozinha e pelo sabor gostoso dos almoços, cafés e bolos que partilhamos. É preciso delirar os verbos para entender.

Sentimos profunda falta do tato em forma de abraço nas crianças e em nós mesmos [queria muito tê-los e tê-las abraçado!], mas isto não impediu um toque cuidadoso às histórias compartilhadas por elas. Um toque, por vezes no ombro, entre cotovelos e até delicadamente com punhos cerrados, que permitia digerir e tornar um pouquinho mais palatável vivências azedas e duras de cotidianos de faltas concretas e simbólicas trazidas pelas crianças em nossos encontros. Sem dúvida, tem sido tão importante um olfato apurado, também, para perceber quando algo não lhe cheira bem e se torna necessário pedir ajuda de parceiros da rede intersetorial do território para cuidar das crianças.

Tenho certeza que vocês também se perguntam: como estão as crianças sem os encontros cotidianos no SCFV?

Tenho pensado que a *escutação* com crianças no SCFV é aposta em uma infância presente, possível de ser vivida intensamente [mesmo com dores, dissabores e violências e todos os demais motivos que as fizeram ingressar neste espaço] e não uma infância como etapa a ser superada, um crescer rapidamente. É aposta na existência de um futuro, não como meta de chegada, uma utopia, mas como mais um motivo real de investimento no presente.

Enquanto escrevo esta carta-afeto, que também é uma dissertação de mestrado, penso em vocês, nas crianças que encontrei, naquelas que deixei de encontrar pela pandemia e naquelas que vi em notícias de jornais. Escrevo, inclusive, com saudades do que não vivemos, mas com um esperançar no coração de que os encontros seguros retornem em breve.

Que a retomada seja afetiva e coletiva, como brechas sensíveis frente às mazelas políticas e sociais que não só as crianças têm vivido - todos nós! Encontrá-los foi um belo presente do campo de pesquisa para me provar [não matematicamente ou quantitativamente, mas pela ciência qualitativa dos encontros] de que a *escutação* é possível e necessária.

Com afeto,

Leticia Maisa Eichherr

Porto Alegre, junho de 2021.



...

Engana-se quem pensa que *escutação* quem faz é adulto, profissional, pesquisadora. Crianças também fazem *escutação*. Menino E, Astronauta Marinho, Azulão, Rosa, Aurora, Rouxinol, Canarinho e Diego me ensinaram sobre *escutação* fazendo *escutação*. Nos interstícios e nas brechas de quaisquer adultices que possam vir a sobrepor o criancamento dos seus encontros com a assistência social, elas transbordam seus modos de escutar, olhar, falar, brincar, sentir, criar, infanciar, horizontalizar.

As crianças nos mostram que é problema de adulto não perguntar a elas sua opinião, não considerar sua visão de mundo, não escutar o que elas por vezes gritam, não deixar que tenham o poder de também perguntar e nomear, não dar espaço para que possam decidir e se organizar, ou estar sempre ali, controlando e tentando mediar os acontecimentos cotidianos, não só do SCFV.

Quando questionam os instituídos, as rotinas estabelecidas, as próprias perguntas feitas, transformando-as em outras perguntas, as normas que as encapsulam num tempo cronológico para ser criança, elas nos mostram que viver a infância no morro, na vila, na rua, na sinaleira, no estádio do Grêmio, na pandemia, na escola, no SCFV, no acolhimento institucional, não as fazem menos crianças ou com menos infância.

Elas falam, não só em palavras, mas em gestos, olhares, desenhos, das singularidades de suas histórias e convocam a um olhar descolonizador das infâncias, a contrapelo daquela majoritária, desejada e propagada socialmente, com aberturas às epistemologias ameríndias, africanas, latino-americanas, feministas, como uma escolha ética e política de resistência.

É pela *escutação*, uma escuta menor, um acontecimento que opera em devir minoritário, que confirmo que o elo afetivo entre pesquisadora, crianças, pessoas trabalhadoras, campo, é alinhavado e tecido numa presença que se mantém mesmo após o término da pesquisa, mesmo quando o Porto já não é Porto Alegre, mesmo quando o virtual é o dispositivo que substitui o encontro presencial, mesmo quando o cartão postal assume um modo imprescindível de uma restituição ética e respeitosa e que reafirme a existência real das crianças nessa dissertação.





(Postais aquarelados pela pesquisadora, enviados a cada uma das crianças em junho de 2021)



(Postais enviados de Portugal às crianças e às profissionais participantes da pesquisa em novembro de 2021)

7. Caixinha de palavras garimpadas nos encontros no SCFV

Adulto: tem que procurar emprego e trabalhar. Acho que quando se é adulto é mais difícil de sonhar.

Cor de menina e cor de menino: Isto não existe. Todo mundo pode usar a cor que quiser.

Criança: brinca, se diverte, estuda. Ter mente bem de criança é subir em árvore.

Esperança: acreditar que a pandemia vai passar e que a gente vai se abraçar.

Meritocracia: quando a professora da escola fala palavras que parecem incentivo, como “você tem que estudar mais!”, “você tem que se esforçar”.

Morro: lugar onde se vê o eclipse e todas as estrelas.

Pesquisadora: Quem trabalha com pesquisa pode pesquisar outros planetas.

Privilégio: posição em que é possível ver o horizonte.

Psicóloga: conversa e ajuda a gente.

Racismo: os juízes de futebol dão mais cartão para os jogadores negros.

Trabalho infantil: tipo um ajudador dos pais.

8. Criaçamentos sem fim

*“Onde está o menino que fui, segue dentro de mim ou se foi?”
(Pablo Neruda, p. 95, 2019).*

Encontros e criaçamentos na assistência social não se encerram com uma pesquisa. Seguem, com outros contornos, com outras perguntas, com outras histórias, com outros afetos. Seguem, como meninas e meninos que fomos e somos. Deixam entrar em cena lembranças e memórias das vivências compartilhadas, maiores que os objetivos da pesquisa. Seguem, como “um devir-criança singular que busca encontros e resiste aos agenciamentos individualizadores e totalizadores, mas que aposta na singularidade do acontecimento” (Walter Kohan, 2011, p. 253).

Se, ao fim da escrita, sinto que aportei, afirmo que é verbo de movimento e que é processo que não se encerra. Aportar também opera em devir e tem como trilha sonora Novos Baianos²⁵:

*“Vou mostrando como sou
E vou sendo como posso
Jogando meu corpo no mundo
Andando por todos os cantos
E pela lei natural dos encontros
Eu deixo e recebo um tanto”*

Os caminhos trilhados até aqui têm confirmado o que Gilles Deleuze e Félix Guattari (1975/2017, p. 42) diziam: “não há tão grande, nem revolucionário, quanto o menor”. Assim, em tempos maiores, brutalizados pelos desmontes da ciência e da universidade pública, pela pandemia, pelo desgoverno, por tantas lagrimzinhas, há que se apostar em pesquisas menores, escritas menores, que reafirmam a importância das vidas invisibilizadas pelos sistemas de opressão históricos e tão enraizados socialmente. Raízes trocadas aqui por rizomas, como afirmação das continuidades e das necessidades de acoplar outras vozes, outras epistemologias, outras poesias, outras perspectivas na produção do conhecimento.

Vidas, histórias, “lagrimzinhas que precisam de palavras, palavras delicadas ou até palavras raivosas de reação”, como sugere a professora Lisandra Espíndula Moreira na banca

²⁵ Letra da música “Mistério do Planeta”, do álbum Acabou Chorare, lançado em 1972.

de qualificação do projeto de dissertação (ocorrida em setembro de 2020). O professor Luciano Bedin da Costa ressalta que “há que manter a ternura, sem jamais perder a dimensão dura dos combates (cada vez mais) necessários”. Inspiro-me nos seus apontamentos como uma direção ética para a escrita, com exercícios de janelar, como fala a professora Betina Hillesheim ao apresentar as reflexões de Bernardina Leal que diz que “uma janela exige de nós posicionamentos. (...) O gesto político de ver, agraciado pela poética do olhar. A posição do olhar, as razões dos direcionamentos, os limites do visto, a força expressiva que faz compartilhar o que foi visto”.

Manoel de Barros (2010, p. 350) também apontava para o gesto político e poético do olhar ao dizer “o olho vê, a lembrança revê, e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo. (...) É preciso desformar o mundo”.

Transver e desformar o mundo ou o micromundo que “anuncia a infância que lhe convém, que lhe é interessante” (Gabriela Serfaty, 2016, p. 103). Sigo, então, a aposta política de Walter Kohan (2011) pela não hierarquia dos saberes e pela abertura às transformações, entendendo que

a infância é devir; sem pacto, sem falta, sem fim, sem captura; ela é desequilíbrio; busca; novos territórios; nomadismo; encontro; multiplicidade em processo, diferença, experiência. Diferença não numérica; diferença em si mesma; diferença livre de pressupostos. Vida experimentada; expressão de vida; vida em movimento; vida em experiência (Walter Kohan, 2011, p. 253).

Se, por um lado, os afetos e acontecimentos da pesquisa buscaram sustentar uma escrita perpassada por olhares desacostumados às crianças que se encontram no SCFV e que tem em seus corpos a inscrição de marcadores e adjetivos que as estigmatizam, trazendo pequenices e sutilezas da potência de suas vidas e vozes, por outro lado, também afirmam a responsabilidade governamental e estatal em seguir produzindo desigualdades sociais que mantém crianças como Menino E, Astronauta Marinho, Azulão, Rosa, Diego, Aurora, Canarinho e Rouxinol em condições de vidas precárias, perpassadas pela pobreza, pela insegurança alimentar, pela falta de acesso às tecnologias, pela ausência de transporte público, por violações de direitos, por um tempo presente já destituído que acortina as possibilidades de janelar e horizontalizar o amanhã.

Quando reivindicamos um manifesto a olhar o tempo presente vivido pelas crianças é pela abertura à futuridade porvir. Urge a sobrevivência à necroinfância. Se tememos a violência policial e urbana direcionada aos corpos de Menino E, Astronauta Marinho, Azulão, Diego, Canarinho e Rouxinol, também tememos a violência patriarcal contra Rosa e Aurora, como a menina e a pipa-borboleta de Conceição Evaristo (2017, p 50).

*“A menina da pipa
 ganha a bola da vez
 e quando a sua íntima
 pele, macia seda, brincava
 no céu descoberto da rua
 um barbante áspero,
 másculo cerol, cruel
 rompeu a tênue linha
 da pipa-borboleta da menina”*

Ao propor a *escutação* como uma escuta menor, entende-se que há uma dimensão individual do fazer profissional ético cotidiano, mesmo diante da precarização dos sistemas de desencanto, em que apostamos na possibilidade de perguntar-se, reconhecer perspectivas de visão e privilégios, e identificar discursos totalizantes direcionados às crianças que se encontram não apenas nos serviços da assistência social, mas também em tantos outros lugares, como na escola, na mídia, nas redes sociais. Discursos totalizantes que seguem sustentando modelos universais, eurocêntricos, brancos, ideais de viver e reproduzindo perguntas e modos de lidar com as crianças na perspectiva de almejar um futuro e um vir a ser dentro desses mesmos padrões. Afinal, perguntamos “o que você quer ser quando crescer?” esperando determinadas respostas dentro de um viés econômico, de trabalho, de formação universitária, de sucesso profissional.

Escutação faz delirar verbos, embaralhar equações, inventar sonhos, “sonhar o contrário: saber criar um devir-menor” (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1975/2017, p. 43). É de uma força vital emaranhada nos processos de criar, infanciar, janelar, horizontalizar. “A força que pode ter uma palavra-muda, e até o silêncio-falado, permite-nos deslocar nossos lugares e conduz-nos a ambientes virgens de nós. Uma audição movente, na qual ouvir balança todo o corpo” (Gabriela Serfaty, 2016, p. 130).

Nas tessituras finais, enlaçando poesias, teorias, encontros, infâncias e políticas públicas, a aposta é numa escritura que cresce quando encontra leitoras, pesquisadoras, professoras, crianças, cozinheiras, coordenadoras e brota nas brechas subjetivas e possíveis em cada uma, transbordando em novas palavras pois, talvez assim, a dissertação assuma aquilo que desde o início se desejou: “quero a palavra que sirva na boca dos passarinhos” (Manoel de Barros, 2010, p. 347).

*“Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”
(Mario Quintana)*

Esses, maiores, que sabemos bem quem são,
que teimam em embrutecer nossos dias,
eles passarão.

9. Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, pp. 461-474, junho 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história [vídeo]**. Conferência TEDGlobal 2009. Youtube. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt Acesso em 12/05/2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **As últimas testemunhas**: Crianças na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Letramento, 2018.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 131-149.

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papyrus, 2001.

ALVES, Rubem. Ouvir para aprender. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 de dezembro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/sinapse/sa2112200415.htm>

AMARAL, Alexandre Coimbra. Nunca pergunte o que seu filho quer ser quando crescer. **Portal Lunetas**. Publicado em: 20.03.2019. Disponível em: <https://lunetas.com.br/nunca-pergunte-o-que-seu-filho-quer-ser-quando-crescer/>

ANGELOU, Maya. **A vida não me assusta**. Ilustrações de Jean-Michel Basquiat. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Escutar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012, pp. 91-94.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Tempo e Cotidiano – tempos para viver a infância. **Leitura: Teoria & Prática**. Campinas, v. 31, n. 61, pp. 213-222, nov. 2013.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 25-58.

BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos [online]**. 2021, v. 27, n. 59, pp. 337-359.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2021, n. 140, pp. 66-83.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. Infância em tempos de pandemia. **HOLOS**, [S. l.], v. 3, pp. 1-17, ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília/DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília/DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Reimpressão de 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília/DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília/DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília/DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017b.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. **Diário Oficial da União**. Seção 1 - extra, Brasília/DF, Edição 55-H, Página: 1, 21 mar 2020a.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria nº 337, de 24 de março de 2020. Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília/DF, Edição 58, Página: 14, 25 mar 2020b.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria nº 54, de 01 de abril de 2020. Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília/DF, Edição 64, página 6, 02 abr. 2020c.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020. Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos

diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**. Seção 1, Brasília/DF, Edição 135, página 12, 16 jul. 2020d.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. In: **Anuário brasileiro de segurança pública 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 15. São Paulo: FBSP, 2021, pp. 59-69.

BUSS-SIMÃO, Márcia; LESSA, Juliana Schumacker. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. Especial, pp. 1420-1445, dez./dez., 2020.

CAPPELLARI, Amanda. **Poéticas insurgentes: o desligamento institucional por maioria**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. **Rev. bras. psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 4, pp. 15-26, 2010.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? **Infância e Juventude**. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

COLETIVO ESPERANÇA. Infância. In: COSTA, Luciano Bedin; BANDEIRA, Larisa da Veiga Vieira; CORRÊA, Tatiele Mesquita (Orgs). **Estátuas de Nuvens**: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 122.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, [S.l.], pp. 066-077, agosto de 2014.

COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. **Paralelo 31**. Pelotas, ed. 15, pp. 10-35, dez. 2020.

COSTA, Luciano Bedin da; VENTRE, Anna Letícia; CORSEUIL, Lucien (orgs). **Quero salvar tudo o que puder, me salvar, e salvar você**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS/Nota Azul/Autonomaz, 2020.

COUTO, Caroline. **Infâncias-Migrantes-Literatura-Infantil**: cometas, para interrogar o mundo e reinventar mapas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2020.

CRUZ, Lílian Rodrigues; HILLESHEIM, Betina e GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. **Psicol. Soc. [online]**. 2005, vol. 17, n. 3, pp. 42-49.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 7-17.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Paris: Montparnasse, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1980/1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Tradução Cíntia Vieira da Silva; revisão da tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1975/2017.

DORNELLES, Leni Vieira. **Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias**. Anais do V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação; Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; BARREIRO, Alex; MACEDO, Eliana Elias de; SANTOS, Solange Estanislau dos. Invitações Pós-coloniais. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; BARREIRO, Alex; MACEDO, Eliana Elias de; SANTOS, Solange Estanislau dos (Orgs.). **Infâncias e pós-colonialismo: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras**. Campinas, SP: Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015, pp. 11-24.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GHAZZI, Mercês. Mamãe... mamãe... posso dormir com você? O monstro invisível quer me pegar! Reflexões sobre a infância em tempos de COVID-19. In: **Correio APPOA. Psicanálise em tempos de pandemia II**. Edição nº 298. Maio de 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 25-49, abril de 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), pp. 7-41, 2009.

HECKERT, Ana Lucia C. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (Orgs.). **Razões públicas para a integralidade: o cuidado como valor**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2007, pp. 199-212.

HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 25, pp. 75-92, dez. 2007.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 192-199, ago. 2008.

HUNING, Simone Maria; CABRAL, Rosângela Jacinto; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. Nas Margens: Psicologia, Política de Assistência Social e Territorialidades. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, pp. 52-69, dez. 2018.

JAFFE, Noemi. **O livro dos começos**. São Paulo: SESI-SP, 2018.

JÚNIOR, Otávio. **Da minha janela**. Ilustrações de Vanina Starkoff. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHAN, Walter Omar. Vida e morte da infância, entre o humano e o inumano. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 35, n. 3, pp. 125-138, set./dez., 2010.

KOHAN, Walter. **Infância. Entre Educação e Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KOHAN, Walter Omar; DURÁN, Maximiliano Lionel. Perguntar. In: COSTA, Luciano Bedin; BANDEIRA, Larisa da Veiga Vieira; CORRÊA, Tatiele Mesquita (Orgs). **Estátuas de Nuvens**: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, pp. 175-183.

KRAMER, Silvia; MOTTA, Flávia. Criança. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Do tempo. **Pandemia Crítica**. N-1 Edições - textos on-line. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/038>.

MÃE, Valter Hugo. **As mais belas coisas do mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

MAGALHÃES, Danielle. Amáveis. **Revista Cult - Antologia Poética nº 1**. São Paulo: Revista Cult, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaio. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro, n. 32, pp. 123-151, dezembro de 2016.

NERUDA, Pablo. **Livro das Perguntas**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

NOGUERA, Renato; BARRETO, Marcos. Infância, Ubuntu e Teko Porã: elementos gerais para educação e ética afroperspectivistas. **Childhood & Philosophy**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, pp. 625-644, set.-dez. 2018.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. **Educação & Realidade [online]**. 2019, v. 44, n. 2.

NOGUERA, Renato. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas? **Portal Lunetas**. Publicado em: 09/12/2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>

NOGUERA, Renato. Crianças negras desaparecidas: até quando vamos aceitar? **Portal Lunetas**. Publicado em: 08/01/2021. Disponível em: <https://lunetas.com.br/criancas-negras-desaparecidas-ate-quando-vamos-aceitar/>

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método da pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 17-31.

POLÍTICAS DO TEXTO V. (a senha é amor). In: COSTA, Cristiano Bedin da; MUNHOZ, Angélica Vier; LULKIN, Sergio Andrés (Orgs.). **Porque esperamos [notas sobre a docência, a obsolescência e o vírus]**. Porto Alegre: UFRGS, 2020, pp. 60-66. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001115588&loc=2020&l=a2813ae4c292087d>

PUCHEU, Alberto. É preciso aprender a ficar submerso. **Revista Cult - Antologia Poética nº 2**. São Paulo: Revista Cult, 2019.

REINACH, Sofia. A violência contra crianças e adolescentes na pandemia: análise do perfil das vítimas. In: **Anuário brasileiro de segurança pública 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 15. São Paulo: FBSP, 2021, pp. 226-239.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Uma cartografia e sua pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 166-173, agosto de 2009.

ROSA, João Guimarães. **Tutaméia** (Terceiras estórias). 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967/2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEQUEIRA, Rosane Preciosa. **Rumores discretos da subjetividade**. Tese de Doutorado. Programa Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SERFATY, Gabriela. **Por uma escuta menor**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIMAS, Luiz; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: MV Serviços Editora, 2020.

SKLIAR, Carlos. Infâncias da linguagem, infâncias da infância, memórias de infâncias: depois é tarde demais. **childhood & philosophy**, rio de janeiro, v. 14, n. 30, maio-ago. 2018, pp. 245-260.

SOUZA, Alice De Marchi Pereira de; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Julia Dutra de. Agir. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci (Orgs.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, pp. 31-33.

TOMAZZOLI, Guadalupe Raush. Janelar. In: COSTA, Luciano Bedin; BANDEIRA, Larisa da Veiga Vieira; CORRÊA, Tatiele Mesquita. (Orgs). **Estátuas de Nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, pp. 125-126.

TROIS, Loide Pereira. Escutar (ao lado das crianças). In: COSTA, Luciano Bedin; BANDEIRA, Larisa da Veiga Vieira; CORRÊA, Tatiele Mesquita. (Orgs). **Estátuas de Nuvens: dicionário de palavras pesquisadas por infâncias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, pp. 86-95.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. “Criar o descrençável”: a transicionalidade da infância e o paradoxo da proteção-liberdade. **Revista ClimaCom, Devir Criança | pesquisa – ensaio**. Ano 7, no. 18, 2020.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Gilles Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

10. Anexos

10. 1 Termo de consentimento livre e esclarecido (para pais ou responsáveis pelas crianças)

Prezada(o) mãe, pai ou responsável legal!

Gostaríamos de obter o seu consentimento para que a criança _____ possa participar como voluntária(o) da pesquisa **“‘Escutar a cor dos passarinhos’: encontros entre infâncias e assistência social”**, que está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é conduzida pela pesquisadora mestranda Letícia Maísa Eichherr, sob orientação da pesquisadora responsável Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz. É importante que você leia (ou que alguém leia para você) esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, solicite explicação às pesquisadoras.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os modos de viver as infâncias, os marcadores sociais da diferença, as relações entre as crianças com outras crianças e com os adultos, a vivência da pandemia e a política pública de assistência social a partir do que falam as crianças que se encontram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A pesquisa será realizada a partir do encontro da pesquisadora Letícia com as crianças na rotina do serviço e, para isso, a pesquisadora acompanhará o cotidiano de atividades do SCFV Centro Social Antônio Gianelli, junto ao CRAS Glória (FASC/PMPA). Destacamos que a participação da criança é voluntária, o que significa que você tem o direito de decidir se autoriza que ela participe ou não, assim como você e ela poderão desistir da participação na pesquisa em qualquer momento.

O tempo de duração desta pesquisa poderá variar conforme a disponibilidade da pesquisadora e do SCFV, assim como das condições sanitárias diante da pandemia do Covid-19. Estima-se que os encontros ocorrerão ao longo de dois a três meses, durante dias e turnos combinados previamente com a equipe, em que a pesquisadora acompanhará a rotina do serviço e as atividades realizadas pelos profissionais com as crianças.

Os dados provenientes de observações, dos encontros com as crianças, das conversas e das produções coletivas serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa, sendo garantidos o sigilo e confidencialidade, ou seja, os nomes dos/das participantes não serão divulgados em nenhuma circunstância, nem mesmo em eventuais publicações científicas, onde, se for o caso, utilizaremos pseudônimos (nomes inventados). Ao término da pesquisa será feita uma devolutiva sobre os resultados da pesquisa e as escritas produzidas junto ao SCFV Centro Social Antônio Gianelli e ao CRAS Glória. Os registros dos dados serão arquivados por 5 anos na sala 312, que é a sala de pesquisa da Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz, no Instituto de Psicologia (UFRGS), em armário com chave. Após esse período, o material será descartado.

Ressaltamos que a participação da criança nesta pesquisa não traz complicações legais e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios éticos das Pesquisas com Seres Humanos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Porém, em toda pesquisa desenvolvida com seres humanos há impactos e riscos. Neste caso, consideramos que há riscos maiores que os mínimos, tendo em vista que a pesquisa irá acessar narrativas das crianças usuárias da Política de Assistência Social, porém observaremos todos cuidados éticos necessário para que não haja reafirmação de estereótipos e estigmas das pessoas envolvidas, da comunidade e dos serviços. Um outro risco envolve a quebra do sigilo, que pode ocorrer mesmo que de forma involuntária e não intencional, mas que buscará ser minimizado pela utilização de pseudônimos

(nomes inventados) na análise de dados e possíveis descrições de falas. E, ainda, em razão da pesquisadora Letícia acompanhar o cotidiano do SCFV, observando atividades programadas pelos profissionais, acessando falas e participando da rotina, pode haver o risco de gerar sensibilização, desconforto, chateação ou constrangimento nas/nos participantes. A tentativa de minimizar este risco se dará através de acordos realizados com as crianças e da mediação das possíveis situações pela pesquisadora. Contudo, se a criança se sentir mobilizada emocionalmente em algum momento, será feita uma escuta individualizada como forma de acolhimento inicial da situação. Tanto a criança quanto você (pai, mãe ou responsável legal) poderão conversar com as pesquisadoras a qualquer momento do processo de pesquisa. Caso seja avaliada a necessidade de acompanhamento psicológico ou social, isto será combinado previamente com você e as pesquisadoras farão o encaminhamento para a Clínica de Acompanhamento Psicológico da UFRGS, para serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde ou para atendimento do Sistema Único de Assistência Social, de acordo com a demanda. Portanto, as pesquisadoras garantem assistência integral e gratuita, pelo tempo necessário, em caso de desconforto causado em decorrência da pesquisa. Se houver relato de desconforto ou efeitos adversos decorrentes da pesquisa, também será informado o Comitê de Ética de Pesquisa da UFRGS. Cabe destacar, ainda, que a legislação prevê que se houver algum dano decorrente da pesquisa, as/os participantes têm direito a ser indenizados

Ao participar desta pesquisa você e a criança não terão nenhum benefício direto, como por exemplo pagamento, no entanto esperamos que a participação seja significativa para a criança e que ela se sinta valorizada por ter seus saberes, histórias e vivências ouvidos, além de colaborar na produção de conhecimento científico nesta área.

Caso você tenha dúvidas a respeito desta pesquisa, entre em contato com a mestranda Letícia Máisa Eichherr pelo telefone (51) 996060623, ou pelo e-mail le_maisa@yahoo.com.br. O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Bairro Santa Cecília/Porto Alegre, que é o responsável pela apreciação e aprovação do projeto também pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do e-mail cep-psico@ufrgs.br e do telefone (51) 3308-5698.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fui convidada(o) a autorizar a participação de _____ neste projeto de pesquisa e informada(o), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da metodologia, dos possíveis riscos, desconfortos e benefícios, assim como dos cuidados éticos garantidos pelas pesquisadoras.

Eu, _____, estou de acordo com o que foi anteriormente exposto e autorizo a participação da criança acima mencionada, assinando este TCLE em duas vias, ficando em posse de uma e a outra com as pesquisadoras.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20__.

Assinatura da mãe, pai ou responsável legal

Letícia Máisa Eichherr
Mestranda e Pesquisadora

Lílian Rodrigues da Cruz
Orientadora e Pesquisadora Responsável

10. 2 Termo de assentimento livre e esclarecido

Olá, tudo bem?

Nós, pesquisadoras Letícia e Lílian, convidamos você para participar da pesquisa “Escutar a cor dos passarinhos’: encontros entre infâncias e assistência social”.

É importante que você leia (ou que alguém leia para você), esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, peça nossa explicação. Você poderá participar se sua mãe, seu pai ou outra(o) responsável seu concordar e, também, se você de fato quiser. Eles já assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que é um documento de autorização onde explicamos mais detalhes da pesquisa, os riscos, os benefícios e todos os cuidados que tomaremos. Você não é obrigada(o) a participar da pesquisa e poderá desistir sem problema nenhum. Você só participa se quiser.

Esta pesquisa será realizada para pensar e escrever sobre as experiências das crianças (você e seus colegas) que se encontram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para isso, a pesquisadora Letícia acompanhará alguns dias de atividades do SCFV Centro Social Antônio Gianelli junto do CRAS Glória.

O tempo de duração desta pesquisa poderá variar, mas acreditamos que nos encontraremos no SCFV durante mais ou menos dois ou três meses, em que a pesquisadora Letícia acompanhará as atividades realizadas pelos educadores sociais e conversar.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa e os resultados e as escritas não terão seu nome. Isto se chama sigilo e cuidado ético.

Todas as pesquisas com pessoas podem ter riscos, então, se você se sentir desconfortável, constrangido, triste ou chateado durante a pesquisa ou não concordar com a realização de alguma atividade, pode conversar com a pesquisadora Letícia a qualquer momento para que ela possa entender o que está acontecendo e ajudar a resolver. Acreditamos que sua participação será muito legal e suas falas, saberes, histórias serão ouvidos e considerados nesta pesquisa.

Se você tiver dúvidas, ligue ou mande uma mensagem para a pesquisadora Letícia, pelo telefone (51) 996060623.

ASSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, li este documento, conversei com a pesquisadora sobre esta pesquisa e tive a oportunidade de fazer perguntas e esclarecer minhas dúvidas. Aceito participar desta pesquisa, assinando este TALE e ficando com uma via e outra com as pesquisadoras.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da criança participante da pesquisa

Letícia Maísa Eichherr
Mestranda e Pesquisadora

Lílian Rodrigues da Cruz
Orientadora e Pesquisadora Responsável

11. 3 Termo de consentimento livre e esclarecido (para profissionais)

Prezada(o),

Gostaríamos de convidar você para participar como voluntária(o) na pesquisa “**Escutar a cor dos passarinhos’: encontros entre infâncias e assistência social**” que está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é conduzida pela pesquisadora mestranda Letícia Maísa Eichherr, sob orientação da pesquisadora responsável Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz. É importante que você leia esse documento com atenção e, em caso de qualquer dúvida ou informação que não entenda, solicite explicação às pesquisadoras.

Esta pesquisa tem como objetivo discutir os modos de viver as infâncias, os marcadores sociais da diferença, as relações entre as crianças com outras crianças e com os adultos, a vivência da pandemia e a política pública de assistência social a partir do que falam as crianças que se encontram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A pesquisa será realizada a partir do encontro da pesquisadora Letícia com as crianças na rotina do serviço e, para isso, a pesquisadora acompanhará o cotidiano de atividades do SCFV Centro Social Antônio Gianelli, junto ao CRAS Glória (FASC/PMPA).

Destacamos que sua participação é voluntária, o que significa que você tem o direito de decidir se quer ou não participar, assim como poderá desistir da participação na pesquisa em qualquer momento.

O tempo de duração desta pesquisa poderá variar conforme a disponibilidade da pesquisadora e do SCFV, assim como das condições sanitárias diante da pandemia do Covid-19. Estima-se que os encontros ocorrerão ao longo de dois a três meses, durante dias e turnos combinados previamente com a equipe, em que a pesquisadora acompanhará a rotina do serviço e as atividades realizadas pelos profissionais com as crianças.

Os dados provenientes de observações, dos encontros com as/os participantes (crianças e profissionais), das conversas e das produções coletivas serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa, sendo garantidos o sigilo e confidencialidade, ou seja, seu nome não será divulgado em nenhuma circunstância, nem mesmo em eventuais publicações científicas, onde, se for o caso, utilizaremos pseudônimos. Ao término da pesquisa será feita uma devolutiva sobre os resultados e as escritas produzidas junto ao SCFV Centro Social Antônio Gianelli e ao CRAS Glória. Os registros dos dados serão arquivados por 5 anos na sala 312, que é a sala de pesquisa da Profa. Dra. Lílian Rodrigues da Cruz, no Instituto de Psicologia (UFRGS), em armário com chave. Após esse período, o material será descartado.

Ressaltamos que sua participação nesta pesquisa não traz complicações legais e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios éticos das Pesquisas com Seres Humanos, conforme as resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Porém, em toda pesquisa desenvolvida com seres humanos há impactos e riscos. Neste caso, consideramos que há riscos maiores que os mínimos, tendo em vista que a pesquisa busca acessar narrativas do público usuário (crianças) da Política de Assistência Social que tem como característica destinar-se a indivíduos e famílias em vulnerabilidade social, em situações de risco e, por vezes, com violação de direitos. Observaremos todos cuidados éticos necessário para que não haja reafirmação de estereótipos e estigmas dos sujeitos, do território e dos serviços. Um outro risco envolve a quebra do sigilo, que pode ocorrer mesmo que de forma involuntária e não intencional, mas que buscará ser minimizado pela utilização de pseudônimos na análise de dados e possíveis descrições de falas. E, ainda, em razão da pesquisadora Letícia acompanhar o cotidiano do SCFV, observando atividades programadas pelos profissionais, acessando falas e participando da rotina, pode haver o risco de gerar sensibilização, desconforto ou constrangimento nas/nos participantes. A tentativa de minimizar este risco se dará através de acordos realizados com

as/os participantes e da mediação das possíveis situações pela pesquisadora. Contudo, se você se sentir mobilizada(o) emocionalmente ao expor alguma opinião ou durante alguma atividade, será proporcionada uma escuta individualizada como forma de acolhimento inicial da situação e orientação para cuidados em saúde mental e você poderá conversar com as pesquisadoras a qualquer momento do processo de pesquisa. Caso seja avaliado com você a necessidade de acompanhamento psicológico ou social, as pesquisadoras farão o encaminhamento para a Clínica de Acompanhamento Psicológico da UFRGS, para serviços de saúde mental do Sistema Único de Saúde ou para atendimento do Sistema Único de Assistência Social, de acordo com a demanda. Assim, as pesquisadoras garantem assistência integral e gratuita, pelo tempo necessário, em caso de desconforto causado em decorrência da pesquisa. Se houver relato de desconforto ou efeitos adversos decorrentes da pesquisa, também será informado o Comitê de Ética de Pesquisa da UFRGS. Cabe destacar, ainda, que a legislação prevê que se houver algum dano decorrente da pesquisa, as/os participantes têm direito a ser indenizados.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto, como por exemplo pagamento, contudo esperamos que a participação seja significativa para você e possa proporcionar reflexões sobre o trabalho na assistência social e sobre a valorização das crianças como ativas na construção das políticas públicas e de saberes diversos e singulares, além de colaborar na produção de conhecimento científico nesta área.

Caso você tenha dúvidas a respeito desta pesquisa, entre em contato com a mestranda Letícia Maísa Eichherr pelo telefone (51) 996060623, ou pelo e-mail le_maisa@yahoo.com.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Bairro Santa Cecília/Porto Alegre é o responsável pela apreciação e aprovação do projeto e também pode ser consultado, a qualquer momento, para fins de esclarecimento, através do e-mail cep-psico@ufrgs.br e do telefone (51) 3308-5698.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui convidada(o) a participar deste projeto de pesquisa e informada(o), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da metodologia, dos possíveis riscos, desconfortos e benefícios, assim como dos cuidados éticos garantidos pelas pesquisadoras.

Eu, _____,
estou de acordo com o que foi anteriormente exposto e aceito participar desta pesquisa, assinando este TCLE em duas vias, ficando em posse de uma e a outra com as pesquisadoras.

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da(o) participante da pesquisa

Letícia Maísa Eichherr
Mestranda e Pesquisadora

Lílian Rodrigues da Cruz
Orientadora e Pesquisadora Responsável